



SINDILAT/RS

Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING SINDILAT

Fevereiro de 2019



SINDILAT/RS

Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING IMPRESSO

Fevereiro de 2019

Veículo: Jornal do Comércio

Data: 07/02/2019

Página: pg5, Economia

Centimetragem: 45cm

Governo retira taxa para leite de UE e Nova Zelândia

Já em crise devido ao ingresso de leite em pó oriundo de outros países do Mercosul, a setor lácteo pode vir a enfrentar um novo obstáculo em 2019. O governo federal suspendeu ontem a taxa de importação de 14,8% sobre o produto importado da União Europeia (UE) e de 3,9% da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem.

Tornar mais barato a compra de leite em pó destes dois grandes produtores pode agravar ainda mais o cenário já crítico do setor lácteo no Estado. Isso porque depois de competir com o produto importado de países como Uruguai e Argentina, que entra no Brasil com preços reduzidos e concentrado em curtos períodos (o que desestabiliza o mercado), o mercado brasileiro pode ser alvo para desembarque dos elevados estoques do produto europeu, principalmente.

“Apesar de o preço médio do produto europeu ser até 30% acima do brasileiro, a Europa tem um estoque estimado em 250 mil toneladas de leite em pó. E, tendo todo esse estoque, pode baixar

muito os valores para escoar isso em diferentes mercados, com o Brasil”, explica Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat).

O fim da taxa já ser esperado pelo Sindilat não significa, porém, que o sindicato deixará de pressionar o governo para encontrar alguns paliativos aos possíveis danos. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional, e encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado da UE e da Nova Zelândia.

A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da UE e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. Segundo o presidente Sindilat, Alexandre Guerra, que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do

leite. No dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, onde serão discutidas as demandas do setor.

Para o deputado estadual Elton Weber (PSB), a decisão de encerrar a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral ou desnatado das duas regiões levará entidades representativas do setor leiteiro e deputados a se mobilizar para rediscutir o assunto. “O governo federal está jogando contra a cadeia leiteira. Precisamos a manutenção das alíquotas”, defende Weber.

Para Carlos Joel da Silva, presidente da Fetag-RS, a decisão vem em um momento em que o Brasil - e, principalmente, o Rio Grande do Sul - atravessa uma crise sem precedente na área do leite. “E o pior é que está argumentando com números defasados, de 2017, que não são reais neste momento”, ressalta Silva.

Na avaliação do secretário-executivo do Sindilat, será difícil reverter a medida. Palharini avalia que o fim da taxa já está adequado ao discurso de abertura comercial do Brasil, defendida pelo Ministério da Economia.

Veículo: Correio do Povo

Data: 08/02/2019

Página: pg13, Rural

Centimetragem: 12cm

TARIFA DO LEITE FPA busca alternativas

A suspensão da tarifa sobre a importação de leite europeu e da Nova Zelândia, medida tomada pelo governo federal e criticada pelas entidades agropecuárias, pautará reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, na próxima terça-feira. O presidente da FPA, deputado federal Alceu Moreira, adianta que a bancada estudará alternativas para minimizar os impactos da decisão.

O presidente do Sindilat/RS, Alexandre Guerra, diz que, em contrapartida, espera que o governo flexibilize demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e linhas de pré-comercialização do leite. A Contag, que chamou de "absurda" a anulação das taxas, pede que o governo volte atrás por entender que as "consequências serão imediatas aos produtores", com prejuízos na produção, desemprego e endividamento.

Veículo: Zero Hora
Data: 08/02/2019
Página: pg19, Campo Aberto
Centragem: 30cm

IMPACTOS DO FIM DAS TAXAS ANTIDUMPING

A decisão do governo federal de eliminar as tarifas antidumping cobradas sobre a importação de leite em pó da União Europeia e da Nova Zelândia, maiores exportadores mundiais do produto, levou produtores, indústrias, cooperativas e pequenos laticínios a cobrarem medidas compensatórias. Surpreso com a mudança, o setor alega que a retirada da sobretaxa facilitará a entrada de produto altamente subsidiado e competitivo – o qual impactará no preço do leite.

– Essa medida é justamente o contrário do que pedimos ao governo, a valorização da produção nacional. Já vivemos uma crise por conta do preço baixo, que poderá ficar ainda pior com essa abertura das porteiras – reclama Carlos Joel da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetag).

A taxação estava em vigor desde 2001, com valores de 14,8% para a União Europeia e de 3,8% para a Nova Zelândia, e visava proteger os produtores nacionais, garantir preços estáveis e preservar empregos. Na resolução publicada na quarta-feira, o governo federal, comparando volumes e valores do leite importado

com o mercado interno, concluiu que não estava mais ocorrendo a prática considerada ilegal – o que justificaria a retirada da sanção.

– A questão é que não foram considerados os impactos dessa decisão. Precisaremos de medidas para melhorar a competitividade de um setor que já está muito fragilizado – afirma Alexandre Guerra, presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado (Sindilat-RS).

Entre os pedidos estão prêmios para exportação do produto nacional e apoio ao Programa Leite Saudável, que prevê assistência e fomento a produtores por meio do uso de créditos presumidos do PIS-Cofins. Outra medida reivindicada, nesse caso pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), é a revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) que incide sobre produtos lácteos produzidos em países de fora do Mercosul.

A retirada das tarifas também mobilizou a bancada ruralista na Assembleia Legislativa do Estado e na Câmara dos Deputados, em Brasília. O tema será a principal pauta da reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na próxima terça-feira.

Veículo: Correio do Povo

Data: 13/02/2019

Página: pg13, Rural

Centimetragem: 36cm

LEITE EM PÓ

Brasil aplica taxa para importação da Europa

O governo federal vai publicar, até amanhã, um decreto determinando aumento do imposto para o leite em pó importado da União Europeia (UE). A informação é do presidente da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), deputado federal Alceu Moreira, e foi confirmada ontem em rede social pelo presidente Jair Bolsonaro, que se encontra hospitalizado. Segundo Moreira, será aplicada uma alíquota de 42,8% aos europeus. O percentual representa a soma da atual taxa de importação, de 28%, mais 14,8% para compensar a retirada da tarifa antidumping ocorrida na semana passada.

Segundo Moreira, em princípio, não haverá aumento de imposto para a Nova Zelândia, que também teve a taxa antidumping suspensa. Mas o parlamentar afirmou que o Ministério da Economia se comprometeu a fazer um monitoramento das importações daquele país. "A Nova Zelândia não representa um problema porque eles vendem todo o seu estoque para a Ásia", comentou. Moreira explicou que a suspensão da taxa antidumping foi necessária porque o Brasil não detectou ocorrência de dumping da UE e Nova Zelândia no processo de verificação instaurado há um ano.

ALINA SOUZA / CP MEMÓRIA



Alíquota para UE deve chegar a 42,8%

O presidente do Sindilat/RS, Alexandre Guerra, disse que o setor ficará tranquilizado se a taxa a ser instituída pelo governo for "compensatória". Lembrou que, sem taxações, há receio de que a União Europeia se sinta incentivada a exportar o produto para o Brasil, que está em condição menos competitiva. "Queremos ações concretas e garantias de que o leite europeu não entrará no Brasil neste momento em que a nossa cadeia está se recuperando", ressaltou.

Veículo: Jornal do Comércio

Data: 13/02/2019

Página: pg11, Economia

Centimetragem: 60cm

AGRONEGÓCIOS

Governo voltará a adotar taxa extra para leite da UE

Fim da cobrança de 14,8% mobilizou indústria, produtores e políticos

Thiago Copetti

thiago.copetti@jornaldocomercio.com.br

Surtiram efeito as pressões de diferentes entidades e da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) contra o fim da taxa extra incidente sobre o leite em pó importado da União Europeia (UE) e da Nova Zelândia. Segundo o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da FPA, formada por cerca de 200 parlamentares ligados ao agronegócio, amanhã o setor lácteo poderá comemorar a publicação de uma nova medida que dificultará o ingresso de leite europeu por aqui.

“O governo nos confirmou hoje (terça-feira) que na quinta-feira publicará decisão ampliando a taxa de importação do produto da União Europeia em 42,8%”, assegurou Moreira.

A nova taxa seria a soma dos 28% cobrados de qualquer outro país mais os 14,8% equivalentes a taxa que havido sido retirada na semana passada, explica o deputado. Por meio de seu Twitter o presidente Jair Bolsonaro confirmou “a decisão do governo de aumentar o imposto de importação de leite em pó da União Europeia, compensando o fim da taxa antidumping que era adotada pelo Brasil até o último dia 6”.

Para Moreira, o “caso está encerrado”, mesmo sem a inclusão da Nova Zelândia que, de acordo com ele, não oferece riscos ao produto nacional porque exporta praticamente todo seu excedente para a China. “O que temos de discutir de agora em diante é uma maneira de qualificar o setor, melhorar a produtividade e outras formas de fomentar a produção interna”, avalia.

O fim da taxa extra por dumping, anunciado na semana passada, gerou inúmeras reclamações do setor, mesmo que o fim da vigência de taxa de antidumping de 14,8% já fosse previsto. Sem a taxa, que vigorava



LUÍZA PRADO/JC

Moreira diz que é preciso discutir uma maneira de qualificar o setor

desde 2001, o setor alega que poderia ter mais um baque no já fragilizado equilíbrio do setor, complicado por problemas internos e externos, como ingresso de muitos produtos do Mercosul e pouca produtividade brasileira.

Questionado se o fato de impor sobretaxas a um produto da União Europeia que, por cál-

culos do próprio governo federal não mais se justificaria, Moreira questiona quais produtos brasileiros poderiam ser sobretaxados. “Vão nos retaliar onde mais, se já colocaram restrições (em janeiro) sobre o aço brasileiro, com perdas de US\$ 180 milhões?”, argumenta o presidente da FPA.

Uso de tecnologia contribui para o melhor aproveitamento do produto europeu

Apesar de ter de cruzar o oceano e ter implicado nisso um alto custo logístico, os produtores e indústrias de lácteos garantem que o leite em pó europeu é extremamente competitivo. Darlan Palharini, secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado (Sindilat), explica que além de custos menores em geral, a União Europeia (UE) tem um estoque elevado de cerca de 150 mil toneladas do produto que poderia desovar aqui.

O preço reduzido, diz Palha-

rini, tem relação com tecnologias de produção que, por exemplo, fazem um melhor aproveitamento da gordura extraída do leite desnatado. O que torna os ganhos de produtores maiores, diversificados e por isso mais competitivos. “A gordura do leite, que no Brasil tem pouco rendimento, é muito bem aproveitada na Europa, por questões de técnica e de tecnologias, o que torna seus produtos com rentabilidade muito maior, como na grande produção de manteiga, algo que

tem grande demanda no mercado”, diz Palharini.

A prova de valores menores do produto europeu ante o leite em pó brasileiro, segundo Palharini, pode ser confirmada pelo cruzamento de dados de diferentes órgãos, como do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), dos leilões do Global Dairy Trade (GDT), do antigo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio (Mdic) e do Conseeleite que mostram essas disparidades. Pelo cruzamento

desses dados, a tonelada do leite em pó desnatado do Brasil custa R\$ 13,8 mil ante R\$ 10,05 mil da UE (já incluindo custo de transporte até portos brasileiros) e de R\$ 8,53 mil do Mercosul.

Mas os desafios do setor seguem muitos, e talvez a maior batalha seja interna, afirma o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, que ontem participou de reunião extraordinária da Câmara Setorial do Leite do Ministério da Agricultura (Mapa). No encontro foi solicitado pela ministra da

Agricultura, Tereza Cristina, um plano para fazer com que o Brasil deixe de ser importador de leite e passe a ser exportador. Entre as propostas estão a criação de linhas de crédito para investimentos nas propriedades e nas indústrias, inclusive para exportação, aprimoramento do programa Leite Saudável, simplificação tributária, programas para compras futuras e programa de desenvolvimento tecnológico para aplicação nas propriedades e indústrias, entre outras.

Veículo: Correio do Povo

Data: 27/02/2019

Página: pg12, Rural

Centimetragem: 60cm

LEITE

Preço reage depois de cinco meses de queda

Valor de referência é 0,77% maior que o consolidado de janeiro, que superou a expectativa inicial

O valor de referência do litro de leite voltou a subir no Rio Grande do Sul após cinco meses de queda. O indicador apresentado ontem, em reunião do Conseleite/RS, ficou em R\$ 1,1142, o que representa alta de 0,77% em relação ao consolidado do mês de janeiro, que foi de R\$ 1,1057. O preço projetado no mês anterior havia sido de R\$ 1,0574. O desempenho da cotação é atribuído principalmente à queda na captação durante os meses de janeiro e fevereiro.

“O aumento era esperado, talvez não nessa proporção, mas a



GUILHERME TESTA / CP MEMÓRIA

Produtor espera ano mais estável

captação no campo ficou menor em função do calorão, que faz com que as vacas produzam menos”, afirma o presidente do Conseleite, Pedrinho Signori. O desempenho do valor de referência faz com que

o cenário seja parecido ao do início do ano passado, segundo o dirigente. A perspectiva é de que 2019 seja um ano com mais estabilidade nos preços, mas há a preocupação com a possibilidade de aumento das importações. Conforme Signori, a principal reivindicação é a retomada de taxas para o produto da Europa e Nova Zelândia e o estabelecimento de cotas para Argentina e Uruguai.

O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, entende que os próximos 30 dias serão decisivos para observar como o mercado irá se comportar ao longo do ano. Ele observa que no varejo os preços se mantiveram, o que impactou na rentabilidade da indústria. O professor Eduardo Finamore, da UPF, acredita que o primeiro semestre será um período de maior rentabilidade ao produtor, motivado pela volta às aulas e pela redução de custos no campo.

Em Brasília, cadeia pede soluções

A cadeia leiteira do Rio Grande do Sul pediu a resolução da insegurança causada pela retirada das taxas antidumping sobre a importação de leite da União Europeia, a revisão das Instruções Normativas 76 e 77 (que tratam da qualidade do leite) e compras governamentais para enxugar o mercado à ministra da Agricultura, Pe-

cuária e Abastecimento, Tereza Cristina, ontem, em Brasília.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetag), Carlos Joel da Silva, afirmou que, de concreto, o setor obteve da ministra a garantia de que o prejuízo causado pela retirada da taxa antidumping será revertido e que só não houve ain-

da a “publicidade” do governo sobre o assunto. “Saímos convictos de que esta medida compensatória deve ser anunciada em até 30 dias, pois a ministra garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo”, afirmou o presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra.

Veículo: Jornal do Comércio
Data: 27/02/2019
Página: pg12, Agronegócios
Centimetragem: 90cm

AGRONEGÓCIOS

Produtores de leite e arroz fazem romaria em Brasília

Líderes setoriais mantiveram reuniões com extensa lista de pedidos

Thiago Copetti

thiago.copetti@jornaldocomercio.com.br

Representantes de produtores de arroz e de leite, além de políticos do Rio Grande do Sul ligados ao agronegócio, ocuparam boa parte da agenda da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, na tarde de ontem. A romaria levou ao gabinete da ministra antigos e novos pedidos de soluções para diferentes problemas que estão deixando orizicultores e pecuaristas com as finanças combalidas. Apesar de não terem saído dos dois encontros com medidas já definidas de apoio, representantes dos dois segmentos retornaram a Porto Alegre animados com as perspectivas a seus pleitos.

O primeiro encontro, com arrozeiros, teve pauta extensa: dos problemas com o grão mais barato vindo do Mercosul a disparidades estaduais no ICMS e apoio para regularização de crédito ao setor, que acumula endividamento de mais R\$ 2,5 bilhões. Henrique Dornelles, presidente da Federarroz, destacou a "sensibilidade" demonstrada pela responsável pela Agricultura ao momento de crise vivido pelos arrozeiros gaúchos, e não apenas aos afetados duramente pelas enxurradas na Fronteira-Oeste. "Agendamos encontros para 12 e 20 de março para tratar de questões importantes que ficaram de ter andamento até lá, parte delas pelo Ministério da Economia, como o endividamento dos produtores", diz Dornelles.

De acordo com a assessoria do ministério, Tereza Cristina tem como prioridade ajudar a resolver os problemas estruturais que prejudica a atividade como um todo.



CARLOS SILVA/ MAPA/DIVULGAÇÃO/IC
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

Arrozeiros ouviram da ministra intenção de atacar problemas do setor

No encontro, a ministra destacou que está para ser concluído o acordo com o governo do México para exportação de arroz beneficiado. Além da importância da abertura desse mercado, que o economista Antônio da Luz, da Farsul, também espera ver aberto em breve, ele destacou a presença da Associação Brasileira de Supermercados (Abrás) no encontro. "Os supermercados se comprometeram e ajudar o setor diferentes questões, inclusive promovendo campanhas junto aos clientes para estimular o consumo de arroz", sinalizou Luz.

Dornelles lembrou, ainda, que o encontro serviu também para tratar da venda irregular de arroz Tipo 1 que chega ao varejo misturado aos tipos 2 e 3, de menor qualidade, lesando produtores e consumidores. O caso, tema de reportagem recente publicada pelo Jornal do Comércio, está sendo investigado inclusive pelo Ministério Público Federal. Para o setor leiteiro, que teve agendamento marcado pelo deputado federal Heitor Schuch (PSB/RS), houve a sinali-

zação de que alguns temas colocados em pauta terão andamento monitorado de perto. Entre os tópicos urgentes está o adiamento da entrada em vigor de normativas que dificultarão ainda mais as já enfraquecidas finanças do setor, segundo o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra. As Instruções Normativas (INs) 76 e 77 entram em vigor entre maio e junho, e vão exigir, por exemplo, melhor resfriamento entre a coleta e a entrega para beneficiamento.

"Precisamos de mais tempo para adaptação e linhas de crédito para que todos possam atender a exigências e aquisição de equipamentos. Sem falar dos altos custos de energia, cujos incentivos para o setor rural ainda estão por ser retirados", lembra Guerra.

Para um tema pendente há quase um mês, a anunciada taxa extra sobre o leite europeu, que ainda não foi publicada, Tereza Cristina também afirmou que o caso não foi deixado de lado, disse o presidente da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), o deputado federal Alceu Moreira (MDB/RS). O encontro, porém, não deixou claro qual será a solução, que de acordo com Moreira não poderá ser uma taxa que implique violação ao livre comércio com tradicionais parceiros internacionais do Brasil. E garantiu que o problema está sendo estudado pelo Ministério da Economia para encontrar medidas compensatórias. "O que importa é que nos foi garantido que o ingresso desse leite importado está sendo monitorado dia a dia pelo ministério e que a equipe econômica estuda formas de garantir que não haverá uma invasão ou prejuízos ao setor no Brasil, resume Moreira.



NOALDO SANTOS/ MAPA/DIVULGAÇÃO/IC

Temas como taxa antidumping e INs permanecem sem solução

Veículo: Jornal do Comércio
Data: 27/02/2019
Página: pg13, Agronegócios
Centimragem: 75cm

27 DE FEVEREIRO DE 2019

Economia

AGRONEGÓCIOS

Preço do leite volta a registrar alta no Estado

Expectativa é que o setor trabalhe com valores mais elevados neste início de ano, apostam integrantes do Conseleite

Depois de cinco meses de queda, o valor de referência do leite voltou a subir no Rio Grande do Sul. O indexador projetado para fevereiro de 2019 pelo Conseleite é de R\$ 1,1142, 0,77% acima do consolidado de R\$ 1,1057 de janeiro e bem acima do projetado (R\$ 1,0574/janeiro). "Começamos o ano com patamares elevados em relação ao mesmo período de anos anteriores", pontuou o professor da Universidade de Passo Fundo (UPF) Eduardo Finamore.

Entre os produtos que puxaram o movimento de recuperação, cita ele, estão o leite em pó (0,89%) e o leite UHT (2,47%), dois dos principais itens que compõem a cesta de produtos lácteos gaúchos. Segundo ele, a expectativa é que o setor trabalhe com preços mais elevados no início de 2019. "O primeiro semestre será um período de melhor rentabilidade ao produtor, movimento puxado pela volta às aulas e pela redução de custos no campo", frisou.

O que se observa ao analisar o valor de referência ao longo



MARCELO G. RIBEIRO/IC

Em 2018, produto teve valorização acima da inflação no período, o que reflete menor custo de produção

dos anos é que a taxa de remuneração ao produtor está acima da praticada nos produtos de forma isolada. Levantamento realizado pelo Conseleite, explica o professor, indica que o leite, em

2018, teve valorização acima da inflação do período, o que reflete custos menores de produção, sendo próximo de 50% para pagamentos de insumos e 50% para pagamentos de mão de obra, má-

quinas e infraestrutura. "A inflação ao produtor ficou abaixo da média que se vê para a dona de casa", completou. Quanto aos custos, Finamore informou que o mercado do milho e da soja com

preços mais baixos deve ajudar o produtor, barateando o custo da ração.

Segundo o presidente do Conseleite, Pedrinho Signori, o otimismo traz alento ao setor uma vez que o segundo semestre de 2018 foi de apreensão no campo e baixa rentabilidade. "Vivemos um divisor de águas no setor leiteiro no Brasil. Há muita preocupação com a posição que será adotada pelo governo sobre as taxas antidumping e em relação à implementação das novas INs que regulam a qualidade da produção. São duas decisões que impactarão diretamente no futuro de milhares de produtores que se dedicam à atividade", salientou Signori.

O secretário executivo do Sindilat, Darlan Palharini, pontuou que os próximos 30 dias serão decisivos para alinhar como o mercado se comportará em 2019. Apesar dos dados que indicam boa remuneração no campo, Palharini informa que, no varejo, os preços mantiveram-se, esmagando a rentabilidade do setor industrial.

Veículo: Zero Hora
Data: 27/02/2019
Página: pg12, Campo Aberto
Centimetragem: 5cm

O preço de referência do litro de leite voltou a subir, após cinco meses de queda. O valor projetado para fevereiro pelo Conseleite é de

R\$ 1,1142,

o que representa aumento de 0,77% em relação ao consolidado para janeiro. A alta no leite em pó e no UHT puxou a recuperação. Com a volta às aulas, a expectativa é de retomada do consumo, o que daria sustentação ao movimento de preços mais elevados.



SINDILAT/RS

Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING ELETRÔNICO

Fevereiro de 2019

Veículo: Valor Econômico

Link: <https://www.valor.com.br/agro/6106487/caem-taxas-antidumping-sobre-leite-em-po-de-ue-e-nova-zelandia>

Página: Agronegócio

Data: 06/02/2019

06/02/2019 às 10h16

Caem taxas antidumping sobre leite em pó de UE e Nova Zelândia

Por Cristiano Zaia | Valor



BRASÍLIA - *Atualizada às 20h06.* O governo retirou as tarifas antidumping que incidiam sobre as importações de leite em pó da União Europeia e da Nova Zelândia há 18 anos e cujo prazo de validade vencia nesta quarta-feira.

Na decisão, publicada na edição desta quarta-feira, 6, do “Diário Oficial da União”, a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia argumenta que resolveu “encerrar” a medida antidumping “uma vez que não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping nas exportações (...) e do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, no caso de extinção da medida antidumping em questão”.

Desde 2001, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vem pressionando para que essas tarifas fossem mantidas a cada cinco anos. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. Além do antidumping, esses países ainda pagam 28% de Tarifa Externa Comum (TEC), imposto de importação cobrado de países de fora Mercosul. Essas barreiras praticamente eliminaram por completo as importações brasileiras de leite em pó dessas regiões.

Esses percentuais foram definidos depois que o governo brasileiro chegou à conclusão que os exportadores europeus e da Nova Zelândia vendiam seu produto abaixo do preço praticado dentro de seus próprios mercados, prática considerada desleal pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Desta vez, porém, o Ministério da Economia parece avaliar que não há mais dumping e que, portanto, não existem razões técnicas para manter as tarifas. Uma fonte a par do assunto afirma que o pensamento liberal do ministro Paulo Guedes, crítico a algumas vantagens tarifárias do Mercosul e defensor do livre comércio, também pode contribuir para que os entraves sejam eliminados.

Caso de fato o Brasil suspenda as taxas antidumping, produtores de leite do país temem que UE e Nova Zelândia tenham passe livre para “inundar” o mercado doméstico de leite em pó. Ontem, o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Marcos Montes, disse que a Pasta estava fazendo gestões junto ao Ministério da Economia para tentar manter as tarifas.

Geraldo Borges, presidente da Abraleite (entidade que representa produtores brasileiros), argumenta que os países da Comunidade Europeia mantêm atualmente grandes estoques de leite em pó. Em parceria com a CNA e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), a Abraleite lidera um movimento pela manutenção das taxas.

“A Abraleite insistiu com o governo federal para que as tarifas antidumping sejam renovadas tendo em vista que já temos muitos problemas com o leite em pó que vem dos países vizinhos do Mercosul, principalmente Argentina e Uruguai, que de certa forma causam transtornos a nossa cadeia produtiva de leite”, afirma Borges.

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

Ele recordou ainda que o Ministério da Agricultura antecipou a criação de uma política nacional do leite que beneficiaria a produção nacional. Em 12 de fevereiro, ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, onde serão discutidas as demandas do setor.

Veículo: Terra

Link: <https://www.terra.com.br/economia/leite-governo-retira-tarifa-antidumping-sobre-produto-da-ue-e-nova-zelandia,40f43902f2f1c7ec3839738b46c33d1fqjvbs0b.html>

Página: Economia

Data: 06/02/2019

ECONOMIA

Leite: governo retira tarifa antidumping sobre produto da UE e Nova Zelândia

📅 6 FEV 2019 ⌚ 20h22

São Paulo, 06 - A Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia suspendeu a tarifa sobre importação de leite da União Europeia e da Nova Zelândia. A decisão foi publicada nesta quarta-feira, 6, no Diário Oficial da União. "Não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping nas exportações da União Europeia e da Nova Zelândia para o Brasil de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado", justifica o governo na circular número 5.

Conforme o Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), em nota, a alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. Segundo o presidente do sindicato, Alexandre Guerra, "a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite".

Veículo: Dinheiro Rural

Link: <https://www.dinheirorural.com.br/leite-governo-retira-tarifa-antidumping-sobre-produto-da-ue-e-nova-zelandia/>

Página: Economia

Data: 06/02/2019

ECONOMIA

Leite: governo retira tarifa antidumping sobre produto da UE e Nova Zelândia



São Paulo, 06 – A Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia suspendeu a tarifa sobre importação de leite da União Europeia e da Nova Zelândia.

A decisão foi publicada nesta quarta-feira, 6, no Diário Oficial da União. “Não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping nas exportações da União Europeia e da Nova Zelândia para o Brasil de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado”, justifica o governo na circular número 5.

Conforme o Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), em nota, a alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia.

Segundo o presidente do sindicato, Alexandre Guerra, “a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite”.

Veículo: Castrolanda

Link: <https://www.castrolanda.coop.br/noticia/leite-governo-retira-tarifa-antidumping-sobre-produto-da-ue-e-nova-zelandia-27410>

Página: Notícias

Data: 06/02/2019

Leite: governo retira tarifa antidumping sobre produto da UE e Nova Zelândia

São Paulo, 06 - A Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia suspendeu a tarifa sobre importação de leite da União Europeia e da Nova Zelândia. A decisão foi publicada nesta quarta-feira, 6, no Diário Oficial da União. "Não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping nas exportações da União Europeia e da Nova Zelândia para o Brasil de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado", justifica o governo na circular número 5.

Conforme o Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), em nota, a alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. Segundo o presidente do sindicato, Alexandre Guerra, "a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite".

Fonte: Q10/Estadão Conteúdo

Veículo: Rádio Progresso

Link: <https://www.radioprogresso.com.br/governo-retira-tarifa-antidumping-sobre-leite-da-ue-e-nova-zelandia/>

Página: Notícias

Data: 06/02/2019

Governo retira tarifa antidumping sobre leite da UE e Nova Zelândia

6 de fevereiro de 2019



A Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia suspendeu a tarifa sobre importação de leite da União Europeia e da Nova Zelândia. A decisão foi publicada nesta quarta-feira (6/2) no Diário Oficial da União.

“Não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping nas exportações da União Europeia e da Nova Zelândia para o Brasil de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado”, justifica o governo na circular número 5.

Conforme o Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), em nota, a alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia.

Segundo o presidente do sindicato, Alexandre Guerra, “a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite”.

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/264887/sindilat-espera-apoio-do-governo-federal-apos-suspensao-da-taxa-de-antidumping>

Página: Notícias

Data: 06/02/2019

Quarta-feira, 06 de fevereiro de 2019 - 19h36m

Eventos > Sindilat

RS: Sindilat espera apoio do governo federal após suspensão da taxa de antidumping

Porto Alegre/RS

O governo federal decidiu suspender a tarifa sobre importação de leite europeu e da Nova Zelândia. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada na circular nº 5, no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira (06).

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

Recordou ainda que o Ministério da Agricultura antecipou a criação de uma política nacional do Leite, que beneficiaria a produção nacional. Além disso, no dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, que terá a participação do Sindilat, onde serão discutidas as demandas do setor.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat)



Veículo: Jornal do Comércio

Link: <https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/economia/2019/02/669084-governo-retira-taxa-para-leite-de-ue-e-nova-zelandia.html>

Página: Economia

Data: 07/02/2019

AGRONEGÓCIOS Edição impressa de 07/02/2019. Alterada em 07/02 às 14h17min

Governo retira taxa para leite de União Europeia e Nova Zelândia

Thiago Copetti

Já em crise devido ao ingresso de leite em pó oriundo de outros países do Mercosul, a setor lácteo pode vir a enfrentar um novo obstáculo em 2019. O governo federal suspendeu ontem a taxa de importação de 14,8% sobre o produto importado da União Europeia (UE) e de 3,9% da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem.

Tornar mais barato a compra de leite em pó destes dois grandes produtores pode agravar ainda mais o cenário já crítico do setor lácteo no Estado. Isso porque depois de competir com o produto importado de países como Uruguai e Argentina, que entra no Brasil com preços reduzidos e concentrado em curtos períodos (o que desestabiliza o mercado), o mercado brasileiro pode ser alvo para desembarque dos elevados estoques do produto europeu, principalmente.

"Apesar de o preço médio do produto europeu ser até 30% acima do brasileiro, a Europa tem um estoque estimado em 250 mil toneladas de leite em pó. E, tendo todo esse estoque, pode baixar muito os valores para escoar isso em diferentes mercados, com o Brasil", explica Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat).

O fim da taxa já ser esperado pelo Sindilat não significa, porém, que o sindicato deixará de pressionar o governo para encontrar alguns paliativos aos possíveis danos. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional, e encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado da UE e da Nova Zelândia.

A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da UE e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. Segundo o presidente Sindilat, Alexandre Guerra, que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite. No dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, onde serão discutidas as demandas do setor.

Para o deputado estadual Elton Weber (PSB), a decisão de encerrar a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral ou desnatado das duas regiões levará entidades representativas do setor leiteiro e deputados a se mobilizar para rediscutir o assunto. "O governo federal está jogando contra a cadeia leiteira. Precisamos a manutenção das alíquotas", defende Weber.

Para Carlos Joel da Silva, presidente da Fetag-RS, a decisão vem em um momento em que o Brasil - e, principalmente, o Rio Grande do Sul - atravessa uma crise sem precedente na área do leite. "E o pior é que está argumentando com números defasados, de 2017, que não são reais neste momento", ressalta Silva.

Na avaliação do secretário-executivo do Sindilat, será difícil reverter a medida. Palharini avalia que o fim da taxa está adequado ao discurso de abertura comercial do Brasil, defendida pelo Ministério da Economia.

Veículo: Canal Rural

Link: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/pecuaria/leite/fim-taxe-importacao-leite-setor-quer-contrapartida/>

Página: Notícias

Data: 06/02/2019

NEGOCIAÇÃO

Com fim de taxa sobre importação de leite, setor quer contrapartida

O Sindilat quer que governo flexibilize outras demandas da cadeia, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização

7 de fevereiro de 2019 às 10:24
Por Canal Rural



Foto: Seagri-DF

O setor leiteiro quer uma espécie de contrapartida do governo para diminuir os possíveis impactos da suspensão de tarifas antidumping sobre a importação de leite vindo da União Europeia e da Nova Zelândia.

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal flexibilize outras demandas da cadeia nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

A expectativa do Sindilat é que as demandas do setor sejam discutidas em reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, que acontece na próxima terça-feira, dia 12.

Entenda o caso

O governo federal decidiu suspender a tarifa sobre importação de leite europeu e da Nova Zelândia. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como uma maneira de proteger o produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado.

A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira, 6.



Beba Isso Antes de Dormir e Veja Sua Barriga Sumir em 1 Semana...

[Visitar Site >](#)

Veículo: Terra Viva

Link: http://www.terra viva.com.br/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=21021:com-fim-de-taxa-sobre-importacao-de-leite-setor-quer-contrapartida&Itemid=373

Página: Selectus

Data: 07/02/2019

Quinta, 07 Fevereiro 2019 16:04

Com fim de taxa sobre importação de leite, setor quer contrapartida

Escrito por Selectus



Contrapartida - O setor leiteiro quer uma espécie de contrapartida do governo para diminuir os possíveis impactos da suspensão de tarifas antidumping sobre a importação de leite vindo da União Europeia e da Nova Zelândia.

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal flexibilize outras demandas da cadeia nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

A expectativa do Sindilat é que as demandas do setor sejam discutidas em reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, que acontece na próxima terça-feira, dia 12.

Entenda o caso

O governo federal decidiu suspender a tarifa sobre importação de leite europeu e da Nova Zelândia. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como uma maneira de proteger o produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado.

A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira, 6.

Veículo: Alfonsin

Link: <https://alfonsin.com.br/agronegocios-governo-retira-taxa-para-leite-de-ue-e-nova-zelandia/>

Página: Notícias

Data: 07/02/2019

AGRONEGÓCIOS – Governo retira taxa para leite de UE e Nova Zelândia

Publicado em: 07/02/2019 | 07h 48m 43s
Categorias: Jornal do Comércio

Já em crise devido ao ingresso de leite em pó oriundo de outros países do Mercosul, a setor lácteo pode vir a enfrentar um novo obstáculo em 2019. O governo federal suspendeu ontem a taxa de importação de 14,8% sobre o produto importado da União Europeia (UE) e de 3,9% da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem.

Tornar mais barato a compra de leite em pó destes dois grandes produtores pode agravar ainda mais o cenário já crítico do setor lácteo no Estado. Isso porque depois de competir com o produto importado de países como Uruguai e Argentina, que entra no Brasil com preços reduzidos e concentrado em curtos períodos (o que desestabiliza o mercado), o mercado brasileiro pode ser alvo para desembarque dos elevados estoques do produto europeu, principalmente.

"Apesar de o preço médio do produto europeu ser até 30% acima do brasileiro, a Europa tem um estoque estimado em 250 mil toneladas de leite em pó. E, tendo todo esse estoque, pode baixar muito os valores para escoar isso em diferentes mercados, com o Brasil", explica Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat).

O fim da taxa já ser esperado pelo Sindilat não significa, porém, que o sindicato deixará de pressionar o governo para encontrar alguns paliativos aos possíveis danos. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional, e encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado da UE e da Nova Zelândia.

A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da UE e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. Segundo o presidente Sindilat, Alexandre Guerra, que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite. No dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, onde serão discutidas as demandas do setor.

Para o deputado estadual Elton Weber (PSB), a decisão de encerrar a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral ou desnatado das duas regiões levará entidades representativas do setor leiteiro e deputados a se mobilizar para rediscutir o assunto. "O governo federal está jogando contra a cadeia leiteira. Precisamos a manutenção das alíquotas", defende Weber.

Para Carlos Joel da Silva, presidente da Fetag-RS, a decisão vem em um momento em que o Brasil – e, principalmente, o Rio Grande do Sul – atravessa uma crise sem precedente na área do leite. "E o pior é que está argumentando com números defasados, de 2017, que não são reais neste momento", ressalta Silva.

Na avaliação do secretário-executivo do Sindilat, será difícil reverter a medida. Palharini avalia que o fim da taxa está adequado ao discurso de abertura comercial do Brasil, defendida pelo Ministério da Economia.

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/264900/15ordf-expodireto-forum-estadual-do-leite-tem-programacao-voltada-para-o-produtor>

Página: Notícias

Data: 07/02/2019

Quinta-feira, 07 de fevereiro de 2019 - 15h36m

Eventos > Expodireto Cotrijal

RS: 15ª Expodireto – Fórum Estadual do Leite tem programação voltada para o produtor

Não-Me-Toque/RS

Em sua 15ª edição em 2019, o Fórum Estadual do Leite se reafirma como um dos tradicionais eventos que acontecem durante a Expodireto Cotrijal. Programado para o terceiro dia da feira, 13 de março, no Auditório Central, a expectativa é reunir mais de 280 participantes, entre pesquisadores, técnicos e produtores.

Nesta edição, serão debatidas as lições para se obter competitividade no leite brasileiro, o agro 4.0 e sua contribuição para o futuro do leite, além de como avançar no consumo de lácteos no Brasil. Entre os palestrantes, estão confirmados: a médica veterinária Flávia Fontes, coordenadora do Programa bebamaisleite; o doutor Paulo do Carmo Martins, chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG); e o doutor Glauco Carvalho, economista da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG).

O Fórum Estadual do Leite é uma promoção da Cotrijal e da Ccgl, com apoio do Sindilat, da Sementes Adriana e do Senar/RS.

"Nestes 20 anos, a Expodireto Cotrijal contribuiu para a evolução de temas importantes em muitas cadeias de produção animal. E o Fórum do Leite também tem um papel importante nessa história de sucesso", avalia o gerente de Produção Animal da Cotrijal, Renne Granato.



PROGRAMAÇÃO

8h30: Abertura

9h: Palestra - Consumo de Lácteos no Brasil: como avançar, com a médica veterinária Flávia Fontes – coordenadora do Programa bebamaisleite

10h: Palestra - Agro 4.0 e sua contribuição para o futuro do leite, com o doutor Paulo do Carmo Martins – chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG)

11h20: Palestra - Quais lições deveremos aplicar para obter competitividade no leite brasileiro?, com o doutor Glauco Carvalho – economista da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG)

12h10: Debate entre palestrantes e participantes

12h30: Encerramento

Fonte: Expodireto Cotrijal

Veículo: Portal NMT

Link: <https://www.portalmnt.com.br/noticias/f%C3%B3rum-do-leite-programa%C3%A7%C3%A3o-voltada-ao-produtor>

Página: Notícias

Data: 07/02/2019

Fórum do Leite: programação voltada ao produtor

Em sua 15ª edição em 2019, o Fórum Estadual do Leite se reafirma como um dos tradicionais eventos que acontecem durante a Expodireto Cotrijal. Programado para o terceiro dia da feira, 13 de março, no Auditório Central, a expectativa é reunir mais de 280 participantes, entre pesquisadores, técnicos e produtores.



Nesta edição, serão debatidas as lições para se obter competitividade no leite brasileiro, o agro 4.0 e sua contribuição para o futuro do leite, além de como avançar no consumo de lácteos no Brasil. Entre os palestrantes, estão confirmados: a médica veterinária Flávia Fontes, coordenadora do Programa #bebamaisleite; o doutor Paulo do Carmo Martins, chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG); e o doutor Glauco Carvalho, economista da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG).

O Fórum Estadual do Leite é uma promoção da Cotrijal e da CCGL, com apoio do Sindilat, da Sementes Adriana e do Senar/RS.

"Nestes 20 anos, a Expodireto Cotrijal contribuiu para a evolução de temas importantes em muitas cadeias de produção animal. E o Fórum do Leite também tem um papel importante nessa história de sucesso", avalia o gerente de Produção Animal da Cotrijal, Renne Granato.

Confira a programação:

Quando? 13 de março de 2019

Onde? Auditório Central, parque da Expodireto Cotrijal

8h30: Abertura

9h: Palestra 'Consumo de Lácteos no Brasil: como avançar?', com a médica veterinária Flávia Fontes - coordenadora do Programa #bebamaisleite

10h: Palestra 'Agro 4.0 e sua contribuição para o futuro do leite', com o doutor Paulo do Carmo Martins - chefe-geral da Embrapa Gado de Leite de Juiz de Fora (MG)

11h20: Palestra 'Quais lições deveremos aplicar para obter competitividade no leite brasileiro?', com o doutor Glauco Carvalho - economista da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG)

12h10: Debate entre palestrantes e participantes

12h30: Encerramento

Fonte: Assessoria de Imprensa da Expodireto Cotrijal

Veículo: Revista Globo Rural

Link: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Leite/noticia/2019/02/cna-quer-revisao-da-tec-para-compensar-fim-de-antidumping-no-leite.html>

Página: Notícias

Data: 07/02/2019

LEITE | 07 de Fevereiro de 2019

CNA quer revisão da TEC para compensar fim de antidumping no leite

Governo retirou tarifas adicionais cobradas sobre o produto importado da Nova Zelândia e da União Europeia

POR RAPHAEL SALOMÃO



Para a Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, fim das tarifas antidumping contra União Europeia e Nova Zelândia traz um "desestímulo brutal" à produção leiteira do Brasil (Foto: Rogério Albuquerque)

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pretende pedir ao governo medidas compensatórias da retirada das tarifas antidumping sobre o leite importado da Nova Zelândia e da União Europeia, publicada na quarta-feira (6/2). O presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Alvim, disse que a intenção é discutir uma revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) que incide sobre produtos lácteos de países de fora do Mercosul.

Alvim explica que a lista de exceções da TEC inclui 11 produtos lácteos, sobre os quais incide uma taxa de importação de 28%. No caso da União Europeia, eram somados os 14,8% referentes à medida antidumping. Para o leite trazido da Nova Zelândia, eram mais 3,9%. A ideia é reivindicar uma TEC maior para compensar o que deixará de ser cobrado pelo produto importado.

"A ideia é tentar aumentar a TEC. Estamos nos organizando e fazendo as notas técnicas necessárias. Vamos ver se o ministro vai concordar", diz ele, referindo-se ao ministro da Economia, Paulo Guedes. "Não acreditávamos que fosse verdade a ameaça de não se prorrogar", protesta, ressaltando que a revisão das medidas começou em março de 2018.

A tarifa antidumping contra Nova Zelândia (3,9%) e União Europeia (14,8%) vigorava desde 2001 a pedido da própria CNA. Na resolução publicada na quarta-feira (6/2), o governo federal, comparando volumes e valores do leite importado com o mercado interno, concluiu que não estava mais ocorrendo a prática considerada ilegal, o que justifica a retirada da sanção.

“Não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping nas exportações da União Europeia e da Nova Zelândia para o Brasil de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado e do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, no caso de extinção da medida antidumping em questão”, diz o comunicado, publicado no Diário Oficial da União.

Reforçando a surpresa com a decisão, o presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA reconhece que os dados, da forma como foram apresentados, não mostram a prática de dumping. Rodrigo Alvim reclama, no entanto, que o governo mudou a metodologia de avaliação de seus efeitos sobre o mercado brasileiro.

Veículo: Broadcast

Link: <http://broadcast.com.br/cadernos/agro/?id=NXIZbXY0WXBxWmQ4eWFqNIVNTDRCUT09>

Página: Agronegócio

Data: 07/02/2019

AGRONEGÓCIOS 07/02/2019 10:49

LÁCTEOS: FIM DE TARIFA ANTIDUMPING PREOCUPA SETOR, QUE VÊ RISCO DE ENTRADA DE PRODUTO DA UE

São Paulo, 07/02/2019 - Contrariando a expectativa da cadeia produtiva de leite no Brasil, o governo federal decidiu, ontem, suspender a tarifa antidumping sobre importação de leite da União Europeia e da Nova Zelândia. Essas tarifas, de 14,8% para a UE (mais 28% de imposto de importação) e de 3,9% para a Nova Zelândia (mais 28% de imposto de importação), eram renovadas desde 2001 e impediam, na prática, a entrada de leite importado dessas regiões no País.

A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada na circular nº 5, no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira (6).

A preocupação do setor com o fim da tarifa é de ingresso indiscriminado de leite em pó europeu no Brasil. Conforme relatou à coluna do **Broadcast Agro** no dia 25 de janeiro, o presidente da Comissão de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Alvim, o grande receio são os fartos estoques do produto no bloco europeu, em torno de 280 mil toneladas. "Eles não têm para quem vender", disse Alvim, na ocasião. "É um leite subsidiado na origem, que pode derrubar os preços internos do leite no Brasil."

Alvim acredita, ainda, que a manutenção da taxa de importação de 28% não vai impedir a entrada do leite europeu em terras brasileiras. "Antes da tarifa antidumping a taxa era de 33% e o produto entrava aqui do mesmo jeito, subsidiado. Investigações antidumping na época (fim dos anos 1990 e início dos anos 2000) apuraram que a Europa vendia leite em pó para cá a US\$ 2,4 mil a tonelada, a um custo de R\$ 5 mil", recorda. "Na época, a gente concorria não com os produtores de leite, mas com o Tesouro europeu."

O Ministério da Economia brasileiro, entretanto, justificou, na resolução publicada do DOU, que "não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping nas exportações da União Europeia e da Nova Zelândia para o Brasil de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado".

Alvim lembrou, ainda, que, enquanto vigoraram as tarifas antidumping, desde 2001 - com renovação em 2006 e 2011 -, a produção brasileira de leite cresceu em dez anos praticamente a produção da Argentina. "Crescemos 10 bilhões de litros por ano desde então", ressaltou Alvim, acrescentando que, além da proteção do mercado brasileiro, houve também nesse período expansão da economia do País, estimulando o consumo e, conseqüentemente, a produção. Atualmente, o Brasil produz em torno de 33 bilhões de litros por ano, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em nota, divulgada ontem, o Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) reivindicou "apoio do governo federal" após a suspensão da taxa antidumping. "A expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização de leite", disse o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra.

No dia 12 de fevereiro, em Brasília, o assunto deve ser retomado, durante a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, que também é presidida por Rodrigo Alvim. (Tânia Rabello - tania.rabello@estadao.com)

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/sindilat-espera-apoio-do-governo-federal-apos-suspensao-da-taxa-de-antidumping-212446/>

Página: Giro de Notícias

Data: 07/02/2019

Sindilat espera apoio do governo federal após suspensão da taxa de antidumping

GIRO DE NOTÍCIAS
EM 07/02/2019



O governo federal decidiu suspender a tarifa sobre importação de leite europeu e da Nova Zelândia. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada na circular nº 5, no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira (06/02).

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

Recordou ainda que o Ministério da Agricultura antecipou a criação de uma política nacional do leite, que beneficiaria a produção nacional. Além disso, no dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, que terá a participação do Sindilat, onde serão discutidas as demandas do setor.

As informações são da Assessoria de Imprensa do Sindilat.

Veículo: Guialat

Link: http://guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=4322

Página: Cadeia do Leite

Data: 07/02/2019

Sindilat espera apoio do governo federal após suspensão da taxa de antidumping

07/02/2019 10:31:06 - Por: Sindilat

A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado.



O governo federal decidiu suspender a tarifa sobre importação de leite europeu e da Nova Zelândia. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada na circular nº 5, no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira (06/02).

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

Recordou ainda que o Ministério da Agricultura antecipou a criação de uma política nacional do Leite, que beneficiaria a produção nacional. Além disso, no dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, que terá a participação do Sindilat, onde serão discutidas as demandas do setor.

Veículo: Suino.com

Link: <https://www.suino.com.br/sindilat-espera-apoio-do-governo-federal-apos-suspensao-da-taxa-de-antidumping/>

Página: Notícias

Data: 07/02/2019



SINDILAT BUSCA APOIO DO GOVERNO APÓS SUSPENSÃO DA TAXA DE ANTIDUMPING

7 de fevereiro de 2019 | 0

O governo federal decidiu suspender a tarifa sobre importação de leite europeu e da Nova Zelândia. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada na circular nº 5, no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira (06).

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

Recordou ainda que o Ministério da Agricultura antecipou a criação de uma política nacional do Leite, que beneficiaria a produção nacional. Além disso, no dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, que terá a participação do Sindilat, onde serão discutidas as demandas do setor.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat)

Veículo: Destaque Rural

Link: <https://www.destaquerrural.com.br/2019/02/07/sindilat-espera-apoio-do-governo-federal-apos-suspensao-da-taxa-de-antidumping/>

Página: Capa

Data: 07/02/2019

Home > Capa > Sindilat espera apoio do governo federal após suspensão da taxa de antidumping

Sindilat espera apoio do governo federal após suspensão da taxa de antidumping

07/02/2019

posted on 07/02/2019 at 12:12



O governo federal decidiu suspender a tarifa sobre importação de leite europeu e da Nova Zelândia. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado.

A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada na circular nº 5, no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira (06/02).

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

Recordou ainda que o Ministério da Agricultura antecipou a criação de uma política nacional do Leite, que beneficiaria a produção nacional. Além disso, no dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, que terá a participação do Sindilat, onde serão discutidas as demandas do setor.

Fonte: Sindilat/RS

Veículo: Informativo Paraná Cooperativo

Link: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/121073-lacteos-caem-taxas-antidumping-sobre-leite-em-po-de-ue-e-nova-zelandia>

Página: Últimas Notícias

Data: 07/02/2019

LÁCTEOS: Caem taxas antidumping sobre leite em pó de UE e Nova Zelândia

Detalhes Criado em Quinta, 07 Fevereiro 2019 09:28



O governo retirou as tarifas antidumping que incidiam sobre as importações de leite em pó da União Europeia e da Nova Zelândia há 18 anos e cujo prazo de validade vencia nesta quarta-feira (06/02).

Argumento - Na decisão, publicada na edição desta quarta, do "Diário Oficial da União", a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia argumenta que resolveu "encerrar" a medida antidumping "uma vez que não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping nas exportações (...) e do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, no caso de extinção da medida antidumping em questão".

CNA - Desde 2001, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vem pressionando para que essas tarifas fossem mantidas a cada cinco anos. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. Além do antidumping, esses países ainda

pagam 28% de Tarifa Externa Comum (TEC), imposto de importação cobrado de países de fora Mercosul. Essas barreiras praticamente eliminaram por completo as importações brasileiras de leite em pó dessas regiões.

Definição - Esses percentuais foram definidos depois que o governo brasileiro chegou à conclusão que os exportadores europeus e da Nova Zelândia vendiam seu produto abaixo do preço praticado dentro de seus próprios mercados, prática considerada desleal pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Avaliação - Desta vez, porém, o Ministério da Economia parece avaliar que não há mais dumping e que, portanto, não existem razões técnicas para manter as tarifas. Uma fonte a par do assunto afirma que o pensamento liberal do ministro Paulo Guedes, crítico a algumas vantagens tarifárias do Mercosul e defensor do livre comércio, também pode contribuir para que os entraves sejam eliminados.

Temor - Caso de fato o Brasil suspenda as taxas antidumping, produtores de leite do país temem que UE e Nova Zelândia tenham passe livre para "inundar" o mercado doméstico de leite em pó. Ontem, o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Marcos Montes, disse que a Pasta estava fazendo gestões junto ao Ministério da Economia para tentar manter as tarifas.

Grandes estoques - Geraldo Borges, presidente da Abraleite (entidade que representa produtores brasileiros), argumenta que os países da Comunidade Europeia mantêm atualmente grandes estoques de leite em pó. Em parceria com a CNA e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), a Abraleite lidera um movimento pela manutenção das taxas.

Renovação - "A Abraleite insistiu com o governo federal para que as tarifas antidumping sejam renovadas tendo em vista que já temos muitos problemas com o leite em pó que vem dos países vizinhos do Mercosul, principalmente Argentina e Uruguai, que de certa forma causam transtornos a nossa cadeia produtiva de leite", afirma Borges.

Expectativa - Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

Política nacional - Ele recordou ainda que o Ministério da Agricultura antecipou a criação de uma política nacional do leite que beneficiaria a produção nacional. Em 12 de fevereiro, ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, onde serão discutidas as demandas do setor. (*Valor Econômico*)

Foto: Pixabay

Veículo: Brasil Agora

Link: <http://brasilagora.org.br/governo-retira-taxa-para-leite-de-uniao-europeia-e-nova-zelandia/>

Página: Notícias

Data: 07/02/2019

Notícias

Governo retira taxa para leite de União Europeia e Nova Zelândia



BRASILAGORA

7 de Fevereiro de 2019, 21:18  0  22

Já em crise devido ao ingresso de leite em pó oriundo de outros países do Mercosul, a setor lácteo pode vir a enfrentar um novo obstáculo em 2019. O governo federal suspendeu ontem a taxa de importação de 14,8% sobre o produto importado da União Europeia (UE) e de 3,9% da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem.

Tornar mais barato a compra de leite em pó destes dois grandes produtores pode agravar ainda mais o cenário já crítico do setor lácteo no Estado. Isso porque depois de competir com o produto importado de países como Uruguai e Argentina, que entra no Brasil com preços reduzidos e concentrado em curtos períodos (o que desestabiliza o mercado), o mercado brasileiro pode ser alvo para desembarque dos elevados estoques do produto europeu, principalmente.

“Apesar de o preço médio do produto europeu ser até 30% acima do brasileiro, a Europa tem um estoque estimado em 250 mil toneladas de leite em pó. E, tendo todo esse estoque, pode baixar muito os valores para escoar isso em diferentes mercados, com o Brasil”, explica Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat).

A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da UE e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. Segundo o presidente Sindilat, Alexandre Guerra, que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite. No dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, onde serão discutidas as demandas do setor.

Para o deputado estadual Elton Weber (PSB), a decisão de encerrar a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral ou desnatado das duas regiões levará entidades representativas do setor leiteiro e deputados a se mobilizar para rediscutir o assunto. “O governo federal está jogando contra a cadeia leiteira. Precisamos a manutenção das alíquotas”, defende Weber.

Para Carlos Joel da Silva, presidente da Fetag-RS, a decisão vem em um momento em que o Brasil – e, principalmente, o Rio Grande do Sul – atravessa uma crise sem precedente na área do leite. “E o pior é que está argumentando com números defasados, de 2017, que não são reais neste momento”, ressalta Silva.

Na avaliação do secretário-executivo do Sindilat, será difícil reverter a medida. Palharini avalia que o fim da taxa está adequado ao discurso de abertura comercial do Brasil, defendida pelo Ministério da Economia.

Veículo: TV JB

Link: <https://www.tvjb.news/governo-retira-taxa-para-leite-de-uniao-europeia-e-nova-zelandia/>

Página: Notícias

Data: 07/02/2019

Governo retira taxa para leite de União Europeia e Nova Zelândia

7 de fevereiro de 2019



Já em crise devido ao ingresso de leite em pó oriundo de outros países do Mercosul, a setor lácteo pode vir a enfrentar um novo obstáculo em 2019. O governo federal suspendeu ontem a taxa de importação de 14,8% sobre o produto importado da União Europeia e de 3,9% da Nova Zelândia. Tornar mais barato a compra de leite em pó destes dois grandes produtores pode agravar ainda mais o cenário já crítico do setor lácteo no Estado. Depois de competir com o produto importado de países como Uruguai e Argentina, que entra no Brasil com preços reduzidos e concentrado em curtos períodos (o que desestabiliza o mercado), o mercado brasileiro pode ser alvo para desembarque dos elevados estoques do produto europeu, principalmente.

A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional, e encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado da União Europeia e da Nova Zelândia. No dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, onde serão discutidas as demandas do setor. Na avaliação do secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, será difícil reverter a medida. Ele considera que o fim da taxação está adequado ao discurso de abertura comercial do Brasil, defendida pelo Ministério da Economia.

Para o deputado estadual Elton Weber (PSB), a decisão de encerrar a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral ou desnatado das duas regiões levará entidades representativas do setor leiteiro e deputados a se mobilizar para rediscutir o assunto. Carlos Joel da Silva, presidente da Fetag-RS, avalia que a decisão vem em um momento em que o Brasil – e, principalmente, o Rio Grande do Sul – atravessa uma crise sem precedente na área do leite.

Fonte: Rádio Alto Uruguai – Com informações do Jornal do Comércio

Veículo: RVTV

Link: <https://rvtv.com.br/2019/02/07/tarifa-sobre-importacao-de-leite-da-nova-zelandia-e-ue-e-suspensa/>

Página: Mercado

Data: 07/02/2019

Suspensa tarifa sobre importação de leite da Nova Zelândia e UE

Sindilat espera apoio do governo federal após suspensão da taxa de antidumping

7 de fevereiro de 2019

107 0



O governo federal decidiu suspender a tarifa sobre importação de leite da União Européia e da Nova Zelândia, informa o Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul.

A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada na circular nº 5, no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira (6).

A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado.

A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia.

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

Recordou ainda que o Ministério da Agricultura antecipou a [criação de uma política nacional do Leite](#), que beneficiaria a produção nacional. Além disso, no dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, que terá a participação do Sindilat, onde serão discutidas as demandas do setor.

Veículo: Compre Rural

Link: <https://www.comprerural.com/cadeia-do-leite-quer-contrapartida-apos-fim-da-tarifa/>

Página: Notícias

Data: 07/02/2019

CompreRural
HOME CORTE ▾ LEITE ▾ AGRICULTURA ▾ CAVALOS ▾ CURSO

CADEIA DO LEITE QUER CONTRAPARTIDA APÓS FIM DA TARIFA

7 de fevereiro de 2019

PARTILHAR



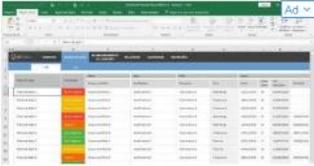
Foto Divulgação.

O Sindilat quer que governo flexibilize outras demandas da cadeia, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização.

O setor leiteiro quer uma espécie de contrapartida do governo para diminuir os possíveis impactos da suspensão de tarifas antidumping sobre a importação de leite vindo da União Europeia e da Nova Zelândia.

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa

agora e que o governo federal flexibilize outras demandas da cadeia nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.



Planilha de Plano de Ação 52W em Excel. Controle suas ações por 3x R\$50...

LUZ Planilhas
Saber mais >

A expectativa do Sindilat é que as demandas do setor sejam discutidas em reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, que acontece na próxima terça-feira, dia 12.

Entenda o caso

O governo federal decidiu suspender a tarifa sobre importação de leite europeu e da Nova Zelândia. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como uma maneira de proteger o produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado.

- [E se o Brasil parasse de produzir leite?](#)
- [Preço pago ao produtor subiu, mas do custo ninguém fala](#)
- [Baixa remuneração faz produtores deixarem a atividade](#)

A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira, 6.

Veículo: Agronovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/governo-suspende-tarifas-de-importacao-do-leite/>

Página: Notícias

Data: 07/02/2019

HOME > CAPA > GOVERNO SUSPENDE TARIFAS DE IMPORTAÇÃO DO LEITE



GOVERNO SUSPENDE TARIFAS DE IMPORTAÇÃO DO LEITE

📌 Redação 🕒 Feb 07, 2019 📁 CAPA, CULTURAS, DESTAQUES, NOTÍCIAS, PECUÁRIA Nenhuma Opinião

O governo federal suspendeu a tarifa sobre importação de leite europeu e da Nova Zelândia. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional.

A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada na circular nº 5, no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira (06/02).

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

Ainda segundo o dirigente, o Ministério da Agricultura antecipou a criação de uma política nacional do Leite, que beneficiaria a produção nacional.

Fonte: DATAGRO

Veículo: Guialat

Link: https://www.guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=4333

Página: Cadeia do Leite

Data: 07/02/2019

Produtores e indústrias pedem medidas para compensar fim de taxas sobre importação de leite

08/02/2019 10:49:50 - Por: Zero Hora

O setor alega que a retirada da sobretaxa facilitará a entrada de produto altamente subsidiado e competitivo.



A decisão do governo federal de eliminar as tarifas antidumping cobradas sobre a importação de leite em pó da União Europeia e da Nova Zelândia, maiores exportadores mundiais do produto, levou produtores, indústrias, cooperativas e pequenos laticínios a cobrarem medidas compensatórias. Surpreso com a medida, o setor alega que a retirada da sobretaxa facilitará a entrada de produto altamente subsidiado e competitivo — o qual impactará no preço do leite.

Essa medida é justamente o contrário do que pedimos ao governo, a valorização da produção nacional. Já vivemos uma crise por conta do preço baixo, que poderá ficar ainda pior com essa abertura das portei­ras — reclama Carlos Joel da Silva, presidente da Federação dos

Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetag).

A taxa­ção estava em vigor desde 2001, com valores de 14,8% para a União Europeia e de 3,8% para a Nova Zelândia, e visava proteger os produtores nacionais, garantir preços estáveis e preservar empregos. Na resolução publicada na quarta-feira, o governo federal, comparando volumes e valores do leite importado com o mercado interno, concluiu que não estava mais ocorrendo a prática considerada ilegal — o que justificaria a retirada da sanção.

A questão é que não foram considerados os impactos dessa decisão. Precisaremos de medidas para melhorar a competitividade de um setor que já está muito fragilizado — afirma Alexandre Guerra, presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado (Sindilat-RS).

Entre os pedidos estão prêmios para exportação do produto nacional e apoio ao projeto leite saudável, que prevê assistência e fomento a produtores por meio de desoneração de tributos. Outra medida reivindicada, nesse caso pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), é a revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) que incide sobre produtos lácteos produzidos em países de fora do Mercosul.

A retirada das tarifas também mobilizou a bancada ruralista, que estuda alternativas para minimizar os impactos da suspensão da sobretaxa. O tema será a principal pauta da reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na próxima terça-feira.

Veículo: Querência Online

Link: <http://www.querenciaonline.com/noticia/25868/produtores-e-industrias-pedem-medidas-para-compensar-fim-taxas-sobre-importacao-leite>

Página: Giro de Notícias

Data: 08/02/2019



08/02/2019 - 09:17:02

Postado por: Redação

Produtores e indústrias pedem medidas para compensar fim de taxas sobre importação de leite



Retirada de tarifa antidumping da União Europeia e Nova Zelândia faz o setor se mobilizar

FOTO- Divulgação

A decisão do governo federal de eliminar as tarifas antidumping cobradas sobre a importação de leite em pó da União Europeia e da Nova Zelândia, maiores exportadores mundiais do produto, levou produtores, indústrias, cooperativas e pequenos laticínios a cobrarem medidas compensatórias. Surpreso com a medida, o setor alega que a retirada da sobretaxa **facilitará a entrada de produto altamente subsidiado e competitivo** — o qual impactará no preço do leite.

— Essa **medida é justamente o contrário do que pedimos ao governo, a valorização da produção nacional**. Já vivemos uma crise por conta do preço baixo, que poderá ficar ainda pior com essa abertura das porteiras — reclama Carlos Joel da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetag).

A taxação estava em vigor desde 2001, com valores de 14,8% para a União Europeia e de 3,8% para a Nova Zelândia, e visava proteger os produtores nacionais, garantir preços estáveis e preservar empregos. Na resolução publicada na quarta-feira, o governo federal, comparando volumes e valores do leite importado com o mercado interno, concluiu que não estava mais ocorrendo a prática considerada ilegal — o que justificaria a retirada da sanção.

— A questão é que não foram considerados os impactos dessa decisão. Precisaremos de medidas para melhorar a competitividade de um setor que já está muito fragilizado — afirma Alexandre Guerra, presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado (Sindilat-RS).

Entre os pedidos estão prêmios para exportação do produto nacional e apoio ao projeto leite saudável, que prevê assistência e **fomento a produtores por meio de desoneração de tributos**. Outra medida reivindicada, nesse caso pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), é a revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) que incide sobre produtos lácteos produzidos em países de fora do Mercosul.

A retirada das tarifas também mobilizou a bancada ruralista, que estuda alternativas para minimizar os impactos da suspensão da sobretaxa. O tema será a principal pauta da reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na próxima terça-feira.

*Gaúcha ZH

Veículo: Agron

Link: <https://www.agron.com.br/publicacoes/noticias/economia/2019/02/08/058665/leite-revisao-da-tec-para-compensar-fim-de-antidumping.html>

Página: Giro de Notícias

Data: 08/02/2019

Leite: Revisão da TEC para compensar fim de antidumping



Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil quer revisão da TEC para compensar fim de antidumping no leite.

Governo retirou tarifas adicionais cobradas sobre o produto importado da Nova Zelândia e da União Europeia.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pretende pedir ao governo medidas compensatórias da retirada das tarifas antidumping sobre o leite importado da Nova Zelândia e da União Europeia, publicada na quarta-feira (6/2). O presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Alvim, disse que a intenção é discutir uma revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) que incide sobre produtos lácteos de países de fora do Mercosul.

Alvim explica que a lista de exceções da TEC inclui 11 produtos lácteos, sobre os quais incide uma taxa de importação de 28%. No caso da União Europeia, eram somados os 14,8% referentes à medida antidumping. Para o leite trazido da Nova Zelândia, eram mais 3,9%. A ideia é reivindicar uma TEC maior para compensar o que deixará de ser cobrado pelo produto importado.

"A ideia é tentar aumentar a TEC. Estamos nos organizando e fazendo as notas técnicas necessárias. Vamos ver se o ministro vai concordar", diz ele, referindo-se ao ministro da Economia, Paulo Guedes. "Não acreditávamos que fosse verdade a ameaça de não se prorrogar", protesta, ressaltando que a revisão das medidas começou em março de 2018.

A tarifa antidumping contra Nova Zelândia (3,9%) e União Europeia (14,8%) vigorava desde 2001 a pedido da própria CNA. Na resolução publicada na quarta-feira (6/2), o governo federal, comparando volumes e valores do leite importado com o mercado interno, concluiu que não estava mais ocorrendo a prática considerada ilegal, o que justifica a retirada da sanção.

"Não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping nas exportações da União Europeia e da Nova Zelândia para o Brasil de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado e do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, no caso de extinção da medida antidumping em questão", diz o comunicado, publicado no Diário Oficial da União.

Reforçando a surpresa com a decisão, o presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA reconhece que os dados, da forma como foram apresentados, não mostram a prática de dumping. Rodrigo Alvim reclama, no entanto, que o governo mudou a metodologia de avaliação de seus efeitos sobre o mercado brasileiro.

"Nós fizemos toda a argumentação nos mesmos princípios das revisões anteriores. No meio do curso da revisão, mudaram a sistemática. Mas com o ministro do Brasil, Paulo Guedes, não tem discussão. Eles não sabem mensurar o que isso pode trazer de dano ao país", protesta Alvim.

"A questão é ainda mais grave. Se a Europa vai colocar leite subsidiado aqui dentro pelo preço que ela quiser, acabam as exportações da Argentina e do Uruguai para o Brasil, porque não vão dar conta de concorrer com o Tesouro da União Europeia", diz Alvim.

Outras demandas

Representante dos laticínios do Rio Grande do Sul, o Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado (Sindilat-RS) também considera encerrada a questão das medidas antidumping contra Nova Zelândia e União Europeia. O secretário executivo da entidade, Darlan Palharini, pontua que análise feita pelo governo restringiu-se aos números, que são difíceis de contestar.

Ele também acredita que uma revisão da Tarifa Externa Comum do Mercosul ajudaria a compensar o fim da tarifa antidumping. "O antidumping é praticado por poucos países e nessa questão, o Brasil fica caminhando contra um livre comércio. Sou muito mais aumentar a TEC. O antidumping, pela justificativa do governo, não há mais argumentos", avalia.

Palharini espera, no entanto, que o governo acolha outras demandas da indústria de lácteos, como apoio à comercialização. Uma opção seria a adoção de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), que não seria visto como subsídio e poderia compensar, por exemplo, o custo do frete marítimo para exportar.

"Acabamos ficando fora de alguns mercados, não pela qualidade, mas pelo custo de produção. O prêmio de escoamento poderia ajudar empresas maiores a mandar produtos para países onde temos condições de entrar no mercado", argumenta, reconhecendo que a questão é complexa.

Em janeiro, governo e setor privado se reuniram, em Brasília (DF), para tratar da criação de uma política nacional de incentivo à cadeia produtiva leiteira. "Esperamos avançar em demandas que o Sindicato já pleiteia há algum tempo", diz ele.

O secretário executivo do Sindilat-RS acredita que a situação gerada pelo fim das medidas antidumping contra europeus e neozelandeses deve levar a cadeia produtiva sentar-se à mesa e discutir seus problemas. Um deles é o menor nível de produtividade por propriedade rural no Brasil em relação a concorrentes internacionais.

Segundo Palharini, a produção média nacional está em torno de 40 mil litros por propriedade rural ao ano. Na Argentina, chega a um milhão de litros. No Uruguai, 500 mil litros ao ano. Na União Europeia, a média chega a 112 mil litros por propriedade e na Nova Zelândia 1,8 milhão.

Ele acrescenta que, entre os anos de 2012 e 2017, a produção brasileira acumulou um crescimento de 3,72%. No mesmo período, a União Europeia registrou 10,17% de aumento e a Nova Zelândia cresceu 12,77%.

"Temos um problema muito maior que precisa ser discutido. A retirada do antidumping é preocupante, mas talvez seja uma maneira de fazer uma discussão mais ampla para que se tenha condições de concorrer com o mundo ou pelo menos manter o mercado interno", diz Palharini.

Ad ▾

ibmec RJ

ibmec

Coaching de carreira.

ABRIR

Ativar o Win
Acesse Config

Ativar o Win
Acesse Config

Veículo: Informativo

Link: <https://www.informativo.com.br/geral/fim-da-taxa-sobre-importacao-de-leite-europeu-deve-impactar-o-vale,292755.jhtml>

Página: Notícias

Data: 08/02/2019

Fim da taxa sobre importação de leite europeu deve impactar o Vale

Medida foi anunciada pelo Ministério da Economia no Diário Oficial da União

Créditos: Jean Peixoto | Sexta-feira, 08 de Fevereiro de 2019 10:18



PREOCUPAÇÃO: na propriedade da família Fröhlich, Bairro Arroio Grande, em Arroio do Meio, a nova medida trouxe insegurança - Lóliane Mallmann

Vale do Taquari - A suspensão da tarifa sobre importação de leite europeu e da Nova Zelândia anunciada na quarta-feira pelo Ministério da Economia deve impactar os produtores da região. A medida prevê o fim da cobrança antidumping, que era aplicada desde 2001, sobre o leite em pó, integral e desnatado. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. Para Cíntia Agostini, presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (Codevat), a medida deve prejudicar principalmente os pequenos produtores. "O grande produtor até consegue competir. Mas o pequeno e o médio não têm condições de concorrer com esse volume de importação. Nosso custo de produção é muito mais elevado que o da Europa", explica.

Cíntia relata que, além dos elevados custos de produção, a falta de incentivos e subsídios ao produtor também pode ocasionar uma disputa desleal. "A Europa subsidia seus produtores, algo que nós não temos aqui no Brasil. Não é à toa que estamos muito preocupados. A cadeia leiteira vem sofrendo muito nos últimos tempos e há algumas instruções normativas que estão sendo implementadas que vão, novamente, bater na cadeia produtiva do leite. Continuamos com o problema uruguaio e agora essa mudança nas importações da União Europeia", comenta.

O presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, aponta que a retirada da tarifa sem uma melhoria na competitividade do produto nacional pode gerar um impacto negativo para os produtores. "Nós temos que primeiro investir em programas que recuperem a competitividade do nosso produto. Por exemplo, temos o Programa Mais Leite Saudável, do Ministério da Agricultura, que precisa ser aprimorado." Guerra comenta que, mesmo sem a taxa, ainda há a incidência de outros impostos sobre a importação, portanto, não teria como estimar a dimensão desse impacto.

Produtores em alerta

Em sua propriedade, de 14 hectares, localizada no Bairro Arroio Grande, em Arroio do Meio, Daniel Fröhlich (37) produz diariamente uma média de 650 litros de leite. Ao lado da esposa Ana Paula Ames (35) e do filho Emanuel Fröhlich (13), Fröhlich dedica os seus dias ao cuidado das vacas. Ao todo, são 41 cabeças, mas em lactação, atualmente, 31. Enquanto Fröhlich organiza o espaço, Emanuel conduz as vacas para o pasto. O trabalho é totalmente feito em família. A notícia da mudança na taxa das importações já chegou à propriedade e preocupa o produtor, que também é presidente do Conselho Municipal de Agropecuária (Conar). "Eu fiquei sabendo disso ontem, pelas redes sociais, e me preocupa. Uma das promessas do presidente Jair Bolsonaro era ajudar os produtores. Agora não sei como vai ser", comenta. Ele conta que, de uma família de cinco irmãos, ele foi o único que decidiu permanecer com a produção do leite, e não sabe se o filho vai continuar. "Do jeito que as coisas andam, não sei ele vai seguir. Só com o tempo para saber."

Veículo: NP Diário

Link: <https://npdiario.com/economia/pedro-lupion-questiona-ministerio-da-fazenda-sobre-tarifa-de-importacao-de-leite/>

Página: Notícias

Data: 08/02/2019

DESTAQUES ECONOMIA POLÍTICA

Home > Destaques > Pedro Lupion questiona Ministério da Fazenda sobre tarifa de importação de leite

PEDRO LUPION QUESTIONA MINISTÉRIO DA FAZENDA SOBRE TARIFA DE IMPORTAÇÃO DE LEITE

08/02/2019

COMPARTILHE:

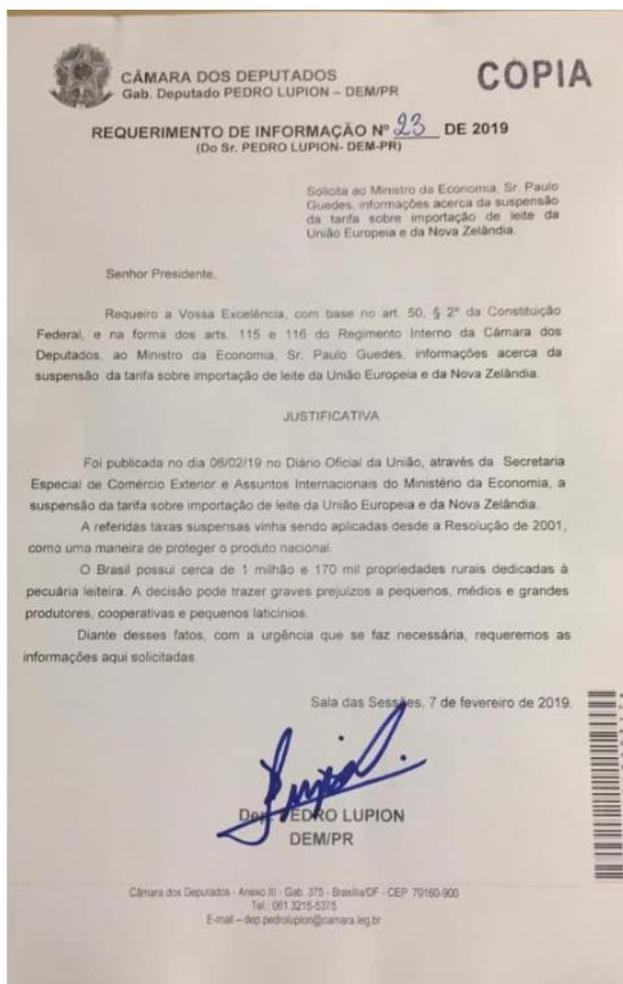


O deputado federal Pedro Lupion (DEM) protocolou requerimento de informações (**reprodução abaixo**), nesta quinta-feira, dia sete, junto à Secretaria Geral da Mesa da Câmara, para saber os motivos que levaram o Ministério da Economia a suspender as tarifas de importação de leite da União Europeia e da Nova Zelândia, anunciada pela pasta.

A taxa era aplicada desde 2001, como forma de proteger o mercado nacional da concorrência desleal de produtores internacionais, que vendiam a preços abaixo do que o praticado nos seus próprios mercados, o *dumping*.

A iniciativa encerra a cobrança *antidumping* sobre o leite em pó, integral e desnatado.

A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira, 6.



“Entendo que essa medida gera uma insegurança imensa em todo o setor produtivo de leite e no que isso pode significar para a nossa produção, principalmente para os pequenos produtores familiares e as cooperativas de leite”, afirmou o deputado.

A preocupação de Lupion vai ao encontro do que expressa a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP). Em nota, eles dizem que a medida representa “grave risco para a cadeia leiteira nacional”, a qual apresenta margens limitadas e grande número de produtores deixando a atividade.

“ Medida gera insegurança imensa em todo o setor , principalmente para os pequenos produtores familiares e as cooperativas de leite”

“Se houver uma retomada de importações desses grandes mercados (União Europeia e Nova Zelândia), além da possível queda brusca no preço do produto pela entrada de leite subsidiado dos países de origem, preocupa-me a posição que podem tomar multinacionais que já têm contratos no exterior, e quais as perdas que isso pode gerar aos 60 mil produtores do Paraná”.

FPA – Como Coordenador de Política Agrícola da Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), Pedro Lupion disse que já conversou com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que também se mostrou surpresa com a decisão.

Já a FPA, em nota oficial, disse que a bancada estuda alternativas com o objetivo de minimizar os impactos da suspensão da taxa antidumping. O assunto será discutido na reunião da frente, na próxima terça-feira. A Aliança Láctea do Sul-brasileira, que envolve os produtores dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul também deve se reunir nos próximos dias para tratar a questão.

O segmento leiteiro quer uma espécie de contrapartida do governo para diminuir os possíveis impactos da suspensão de tarifas antidumping sobre a importação de leite vindo da União Europeia e da Nova Zelândia.

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal flexibilize outras demandas da cadeia nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

A expectativa do Sindilat é que as demandas do setor sejam discutidas em reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, que acontece na próxima terça-feira, dia 12.

Veículo: MilkPoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/forum-estadual-do-leite-discutira-tecnologia-consumo-e-competitividade-212485/>

Página: Giro de Notícias

Data: 11/02/2019

RS: Fórum Estadual do Leite discutirá tecnologia, consumo e competitividade

GIRO DE NOTÍCIAS
EM 11/02/2019



Ao completar 15 edições, o **Fórum Estadual do Leite**, tradicional evento realizado na Expodireto Cotrijal, destacará o uso de **soluções tecnológicas na produção de leite** e a **ampliação do consumo de produtos lácteos no Brasil**. O ciclo de palestras será realizado no dia 13 de março, no turno da manhã, no Auditório Central da Feira, localizado em Não-Me-Toque (RS).

Para o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, os temas escolhidos para a composição das palestras são excelentes. “Por serem tão distintos, permitem o engajamento de diversos elos da cadeia produtiva”, avaliou. Palharini destacou também a importância de discutir os mecanismos para tornar o leite brasileiro competitivo, tendo em vista que, estarão presentes produtores de leite que enfrentam dificuldade por conta da crise no setor.

Além disso, considera fundamental o espaço para pensar ações que ampliem o consumo de lácteos no mercado interno. Segundo ele, é indispensável engajar os consumidores por meio de campanhas e, para isso, é indispensável a participação do setor público.

O Fórum contará com a palestra da médica veterinária Flávia Fontes, coordenadora do programa “Beba mais Leite”; do chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG), Paulo do Carmo Martins, e do economista da Embrapa Gado de Leite, Glauco Carvalho.

A expectativa é que cerca de 280 pessoas, entre pesquisadores, técnicos e produtores, participem do evento. O Fórum Estadual do Leite é uma promoção da Cotrijal e da CCGL, com apoio do Sindilat, da Sementes Adriana e do Senar/RS.

Programação completa:

8h30: Abertura

9h: Palestra - Consumo de Lácteos no Brasil: como avançar, com a médica veterinária Flávia Fontes – coordenadora do Programa Bebamaisleite

10h: Palestra - Agro 4.0 e sua contribuição para o futuro do leite, com o doutor Paulo do Carmo Martins – chefe-geral da Embrapa Gado, de Leite de Juiz de Fora (MG)

11h20: Palestra - Quais lições deveremos aplicar para obter competitividade no leite brasileiro?, com o doutor Glauco Carvalho – economista da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG)

12h10: Debate

12h30: Encerramento

As informações são do Sindilat, adaptadas pela Equipe MilkPoint.

Veículo: Notícias Agrícolas

Link: https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/leite/230065-sindilat-espera-apoio-do-governo-federal-apos-suspensao-da-taxa-de-antidumping.html#.Xler_ShKjIV

Página: Notícias

Data: 11/02/2019

Sindilat espera apoio do governo federal após suspensão da taxa de antidumping

Publicado em 11/02/2019 10:36



272 exibições



O governo federal decidiu suspender a tarifa sobre importação de leite europeu e da Nova Zelândia. A taxa vinha sendo aplicada desde a resolução de 2001, como medida de proteção ao produto nacional. A medida encerra a cobrança antidumping sobre o leite em pó, integral e desnatado. A alíquota era de 14,8% para o produto vindo da União Europeia e de 3,9% para o item da Nova Zelândia. A decisão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e assuntos internacionais, foi publicada na circular nº 5, no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira (06/02).

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, a expectativa agora é que o governo federal também flexibilize outras demandas do setor lácteo nacional, como o programa de escoamento da produção e outras linhas de pré-comercialização do leite.

Recordou ainda que o Ministério da Agricultura antecipou a criação de uma política nacional do Leite, que beneficiaria a produção nacional. Além disso, no dia 12 de fevereiro ocorrerá a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, em Brasília, que terá a participação do Sindilat, onde serão discutidas as demandas do setor.

Veículo: Folha Agrícola

Link: <http://folhaagricola.com.br/noticia/forum-do-leite-programacao-voltada-para-o-produtor>

Página: Notícias

Data: 11/02/2019

[Home](#) / [Voltar](#) / [Notícias](#)

Fórum do Leite: programação voltada para o produtor

 Curtir  Compartilhar 2 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro de seus amigos.

Em sua 15ª edição em 2019, o Fórum Estadual do Leite se reafirma como um dos tradicionais eventos que acontecem durante a Expodireto Cotrijal. Programado para o terceiro dia da feira, 13 de março, no Auditório Central, a expectativa é reunir mais de 280 participantes, entre pesquisadores, técnicos e produtores.

Nesta edição, serão debatidas as lições para se obter competitividade no leite brasileiro, o agro 4.0 e sua contribuição para o futuro do leite, além de como avançar no consumo de lácteos no Brasil. Entre os palestrantes, estão confirmados: a médica veterinária Flávia Fontes, coordenadora do Programa #bebamaisleite; o doutor Paulo do Carmo Martins, chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG); e o doutor Glauco Carvalho, economista da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG).

O Fórum Estadual do Leite é uma promoção da Cotrijal e da CCGL, com apoio do Sindilat, da Sementes Adriana e do Senar/RS.

"Nestes 20 anos, a Expodireto Cotrijal contribuiu para a evolução de temas importantes em muitas cadeias de produção animal. E o Fórum do Leite também tem um papel importante nessa história de sucesso", avalia o gerente de Produção Animal da Cotrijal, Renne Granato.



Confira a programação:

Quando? 13 de março de 2019

Onde? Auditório Central, parque da Expodireto Cotrijal

8h30: Abertura

9h: Palestra 'Consumo de Lácteos no Brasil: como avançar?', com a médica veterinária Flávia Fontes - coordenadora do Programa #bebamaisleite

10h: Palestra 'Agro 4.0 e sua contribuição para o futuro do leite', com o doutor Paulo do Carmo Martins - chefe-geral da Embrapa Gado, de Leite de Juiz de Fora (MG)

11h20: Palestra 'Quais lições deveremos aplicar para obter competitividade no leite brasileiro?', com o doutor Glauco Carvalho - economista da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora (MG)

12h10: Debate entre palestrantes e participantes

12h30: Encerramento

Fonte: Assessoria de Imprensa da Expodireto Cotrijal

Veículo: Agrolink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/industria-espera-compensacao-apos-a-suspensao-da-taxa-de-antidumping_415903.html

Página: Notícias

Data: 12/02/2019



Antidumping

Indústria espera compensação após a suspensão da taxa de antidumping

O trabalho é constante no que se refere à qualidade do leite

Imagem créditos: Divulgação

Por: AGROLINK COM INF. DE ASSESSORIA
Publicado em 12/02/2019 às 18:30h.

Em Brasília nesta terça-feira (12/02), o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, disse esperar o anúncio de medidas compensatórias que neutralizem o impacto da suspensão da taxa antidumping do leite em pó importado da Europa e da Nova Zelândia. Segundo ele, o setor gostaria que a decisão fosse revogada, mas, consciente das dificuldades, espera apoio para garantir a competitividade do setor lácteo nacional. “Nossa expectativa é que o governo sinalize em breve com a construção de medidas compensatórias”, disse o executivo, informando que o assunto não foi tratado de forma oficial durante sua visita à capital federal. A posição que ganhou força no final da tarde, com a postagem do presidente Jair Bolsonaro, no Instagram, dizendo que o governo manterá o nível de competitividade do produto com outros países, sem mais detalhes.

Durante a agenda em Brasília, Guerra participou ainda de reunião extraordinária da Câmara Setorial do Leite do Ministério da Agricultura (Mapa), onde foi alinhado com todos os integrantes da cadeia produtiva do leite (produtores, indústrias e mercado) o plano plurianual com vistas ao desenvolvimento sustentável do setor em médio prazo. A demanda foi solicitada pessoalmente pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em janeiro, para tornar o produto competitivo nacional e internacionalmente.

Segundo o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, o plano busca fazer com que o Brasil deixe de ser importador de leite e passe a ser exportador. De acordo com ele, a ideia é que, com a aplicação das ações propostas no plano, o desenvolvimento da cadeia produtiva seja gradativo e duradouro. “Entre as propostas, estão itens como incentivo a programas de exportação, criação de linhas de crédito para investimentos nas propriedades e nas indústrias, inclusive para exportação, aprimoramento do programa Leite Saudável, simplificação tributária, programas para compras futuras e programa de desenvolvimento tecnológico para aplicação nas propriedades e indústrias”, citou.

Para melhorar as condições de produção no campo e a produtividade das indústrias, também foram incluídas questões trabalhistas, de abertura de mercado e de igualdade de condições às dos países do Mercosul. “Queremos ter condições de importar produtos que possam ser utilizados em nossa produção de leite”, afirmou Guerra. Ainda foram incluídos temas pertinentes à questão ambiental, sanidade animal, diminuição de burocracias e guerra fiscal entre os estados. “Só vamos ser exportadores o dia em que formos competitivos”. A questão da qualidade do leite também foi debatida, com ênfase às Instruções Normativas (IN) n. 76 e n. 77. “O trabalho é constante no que se refere à qualidade do leite”, enfatiza.

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/265047/industria-espera-compensacao-apos-a-suspensao-da-taxa-de-antidumping-diz-sindilat>

Página: Notícias

Data: 12/02/2019

Terça-feira, 12 de fevereiro de 2019 - 20h11m

Eventos > Sindilat

DF: indústria espera compensação após a suspensão da taxa de antidumping, diz Sindilat

Brasília/DF

Em Brasília nesta terça-feira (12), o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, disse esperar o anúncio de medidas compensatórias que neutralizem o impacto da suspensão da taxa antidumping do leite em pó importado da Europa e da Nova Zelândia. Segundo ele, o setor gostaria que a decisão fosse revogada, mas, consciente das dificuldades, espera apoio para garantir a competitividade do setor lácteo nacional.

"Nossa expectativa é que o governo sinalize em breve com a construção de medidas compensatórias", disse o executivo, informando que o assunto não foi tratado de forma oficial durante sua visita à capital federal. A posição que ganhou força no final da tarde, com a postagem do presidente Jair Bolsonaro, no Instagram, dizendo que o governo manterá o nível de competitividade do produto com outros países, sem mais detalhes.

Durante a agenda em Brasília, Guerra participou ainda de reunião extraordinária da Câmara Setorial do Leite do Ministério da Agricultura (Mapa), onde foi alinhado com todos os integrantes da cadeia produtiva do leite (produtores, indústrias e mercado) o plano plurianual com vistas ao desenvolvimento sustentável do setor em médio prazo. A demanda foi solicitada pessoalmente pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em janeiro, para tornar o produto competitivo nacional e internacionalmente.

Segundo o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, o plano busca fazer com que o Brasil deixe de ser importador de leite e passe a ser exportador. De acordo com ele, a ideia é que, com a aplicação das ações propostas no plano, o desenvolvimento da cadeia produtiva seja gradativo e duradouro. "Entre as propostas, estão itens como incentivo a programas de exportação, criação de linhas de crédito para investimentos nas propriedades e nas indústrias, inclusive para exportação, aprimoramento do programa Leite Saudável, simplificação tributária, programas para compras futuras e programa de desenvolvimento tecnológico para aplicação nas propriedades e indústrias", citou.

Para melhorar as condições de produção no campo e a produtividade das indústrias, também foram incluídas questões trabalhistas, de abertura de mercado e de igualdade de condições às dos países do Mercosul. "Queremos ter condições de importar produtos que possam ser utilizados em nossa produção de leite", afirmou Guerra. Ainda foram incluídos temas pertinentes à questão ambiental, sanidade animal, diminuição de burocracias e guerra fiscal entre os estados. "Só vamos ser exportadores o dia em que formos competitivos". A questão da qualidade do leite também foi debatida, com ênfase às Instruções Normativas (IN) n. 76 e n. 77. "O trabalho é constante no que se refere à qualidade do leite", enfatiza.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat)

**NOVO SUV
CITROËN C4 CACTUS**

**EXPANDA
SUAS HISTÓRIAS**



 No trânsito, a vida vem primeiro.

DESCUBRA >



Veículo: Jornal do Comércio

Link: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2019/02/669947-governo-voltara-a-adotar-taxa-extra-para-leite-da-uniao-europeia.html

Página: Economia

Data: 12/02/2019

AGRONEGÓCIOS Edição impressa de 13/02/2019. Alterada em 12/02 às 21h43min

Governo voltará a adotar taxa extra para leite da União Europeia



Moreira diz que é preciso discutir uma maneira de qualificar o setor

/LUIZA PRADO/JC

Thiago Copetti

Surtiram efeito as pressões de diferentes entidades e da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) contra o fim da taxa extra incidente sobre o leite em pó importado da União Europeia (UE) e da Nova Zelândia. Segundo o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da FPA, formada por cerca de 200 parlamentares ligados ao agronegócio, amanhã o setor lácteo poderá comemorar a publicação de uma nova medida que dificultará o ingresso de leite europeu por aqui.

"O governo nos confirmou hoje (terça-feira) que na quinta-feira publicará decisão ampliando a taxa de importação do produto da União Europeia em 42,8%", assegurou Moreira.

A nova taxa seria a soma dos 28% cobrados de qualquer outro país mais os 14,8% equivalentes a taxa que havido sido retirada na semana passada, explica o deputado. Por meio de seu Twitter o presidente Jair Bolsonaro confirmou "a decisão do governo de aumentar o imposto de importação de leite em pó da União Europeia, compensando o fim da taxa antidumping que era adotada pelo Brasil até o último dia 6".

Para Moreira, o "caso está encerrado", mesmo sem a inclusão da Nova Zelândia que, de acordo com ele, não oferece riscos ao produto nacional porque exporta praticamente todo seu excedente para a China. "O que temos de discutir de agora em diante é uma maneira de qualificar o setor, melhorar a produtividade e outras formas de fomentar a produção interna", avalia.

O fim da taxa extra por dumping, anunciado na semana passada, gerou inúmeras reclamações do setor, mesmo que o fim da vigência de taxa de antidumping de 14,8% já fosse previsto. Sem a taxa, que vigorava desde 2001, o setor alega que poderia ter mais um baque no já fragilizado equilíbrio do setor, complicado por problemas internos e externos, como ingresso de muitos produtos do Mercosul e pouca produtividade brasileira.

Questionado se o fato de impor sobretaxas a um produto da União Europeia que, por cálculos do próprio governo federal não mais se justificaria, Moreira questiona quais produtos brasileiros poderiam ser sobretaxados. "Vão nos retaliar onde mais, se já colocaram restrições (em janeiro) sobre o aço brasileiro, com perdas de US\$ 180 milhões?", argumenta o presidente da FPA.

Uso de tecnologia contribui para o melhor aproveitamento do produto europeu

Apesar de ter de cruzar o oceano e ter implicado nisso um alto custo logístico, os produtores e indústrias de lácteos garantem que o leite em pó europeu é extremamente competitivo. Darlan Palharini, secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado (Sindilat), explica que além de custos menores em geral, a União Europeia (UE) tem um estoque elevado de cerca de 150 mil toneladas do produto que poderia desovar aqui.

O preço reduzido, diz Palharini, tem relação com tecnologias de produção que, por exemplo, fazem um melhor aproveitamento da gordura extraída do leite desnatado. O que torna os ganhos de produtores maiores, diversificados e por isso mais competitivos. "A gordura do leite, que no Brasil tem pouco rendimento, é muito bem aproveitada na Europa, por questões de técnica e de tecnologias, o que torna seus produtos com rentabilidade muito maior, como na grande produção de manteiga, algo que tem grande demanda no mercado", diz Palharini.

A prova de valores menores do produto europeu ante o leite em pó brasileiro, segundo Palharini, pode ser confirmada pelo cruzamento de dados de diferentes órgãos, como do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), dos leilões do Global Dairy Trade (GDT), do antigo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio (Mdic) e do Consete que mostram essas disparidades. Pelo cruzamento desses dados, a tonelada do leite em pó desnatado do Brasil custa R\$ 13,8 mil ante R\$ 10,05 mil da UE (já incluindo custo de transporte até portos brasileiros) e de R\$ 8,53 mil do Mercosul.

Mas os desafios do setor seguem muitos, e talvez a maior batalha seja interna, afirma o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, que ontem participou de reunião extraordinária da Câmara Setorial do Leite do Ministério da Agricultura (Mapa). No encontro foi solicitado pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, um plano para fazer com que o Brasil deixe de ser importador de leite e passe a ser exportador. Entre as propostas estão a criação de linhas de crédito para investimentos nas propriedades e nas indústrias, inclusive para exportação, aprimoramento do programa Leite Saudável, simplificação tributária, programas para compras futuras e programa de desenvolvimento tecnológico para aplicação nas propriedades e indústrias, entre outras.

Veículo: Tesouro Invest

Link: <https://tesouroinvest.com.br/governo-voltara-a-adotar-taxa-extra-para-leite-da-uniao-europeia-jornal-do-comercio/>

Página: Notícias

Data: 12/02/2019

Notícias

Governo voltará a adotar taxa extra para leite da União Europeia – Jornal do Comércio

12 de fevereiro de 2019



Surtiram efeito as pressões de diferentes entidades e da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) contra o fim da taxa extra incidente sobre o leite em pó importado da União Europeia (UE) e da Nova Zelândia. Segundo o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da FPA, formada por cerca de 200 parlamentares ligados ao agronegócio, amanhã o setor lácteo poderá comemorar a publicação de uma nova medida que dificultará o ingresso de leite europeu por aqui.

“O governo nos confirmou hoje (terça-feira) que na quinta-feira publicará decisão ampliando a taxa de importação do produto da União Europeia em 42,8%”, assegurou Moreira.

A nova taxa seria a soma dos 28% cobrados de qualquer outro país mais os 14,8% equivalentes a taxa que havido sido retirada na semana passada, explica o deputado. Por meio de seu Twitter o presidente Jair Bolsonaro confirmou “a decisão do governo de aumentar o imposto de importação de leite em pó da União Europeia, compensando o fim da taxa antidumping que era adotada pelo Brasil até o último dia 6”.

Para Moreira, o “caso está encerrado”, mesmo sem a inclusão da Nova Zelândia que, de acordo com ele, não oferece riscos ao produto nacional porque exporta praticamente todo seu excedente para a China. “O que temos de discutir de agora em diante é uma maneira de qualificar o setor, melhorar a produtividade e outras formas de fomentar a produção interna”, avalia.

O fim da taxa extra por dumping, anunciado na semana passada, gerou inúmeras reclamações do setor, mesmo que o fim da vigência de taxa de antidumping de 14,8% já fosse previsto. Sem a taxa, que vigorava desde 2001, o setor alega que poderia ter mais um baque no já fragilizado equilíbrio do setor, complicado por problemas internos e externos, como ingresso de muitos produtos do Mercosul e pouca produtividade brasileira.

Questionado se o fato de impor sobretaxas a um produto da União Europeia que, por cálculos do próprio governo federal não mais se justificaria, Moreira questiona quais produtos brasileiros poderiam ser sobretaxados. “Vão nos retaliar onde mais, se já colocaram restrições (em janeiro) sobre o aço brasileiro, com perdas de US\$ 180 milhões?”, argumenta o presidente da FPA.

Veículo: Canal Rural

Link: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/pecuaria/leite/setor-de-lacteos-confia-que-governo-tera-solucao-contra-leite-em-po-da-ue/>

Página: Notícias

Data: 25/02/2019

ESPERANÇA

Setor de lácteos confia que governo terá solução contra leite em pó da UE

O Ministério das Relações Exteriores já notificou a Organização Mundial do Comércio sobre a possibilidade de aumentar a tarifa de importação do produto europeu em 14,8%

25 de fevereiro de 2019 às 19:34
Por Estadão Conteúdo



Apesar da ameaça de “inundação” do leite em pó da União Europeia no Brasil após o fim da taxa antidumping, no dia 6 de fevereiro, o setor leiteiro se mantém otimista de que o governo tomará alguma providência para impedir a entrada em grandes quantidades do produto do bloco. “Acreditamos que o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe vão cumprir com o prometido (de impedir a entrada de leite da UE)”, diz o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite), Geraldo Borges. Segundo ele, qualquer medida que compense o fim da tarifa antidumping será “bem aceita”.

O passo mais recente neste sentido foi dado na sexta-feira, dia 22, quando o Ministério das Relações Exteriores (MRE) notificou a Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a possibilidade de aumentar a tarifa de importação de leite em pó europeu em 14,8%. Assim, além da alíquota aplicada hoje referente à Tarifa Externa Comum (TEC), que é de 28%, haveria os 14,8% adicionais. A iniciativa está prevista nas regras da OMC e funcionaria como resposta à salvaguarda imposta pelo bloco europeu ao aço brasileiro. “A partir de agora, inicia-se um período de negociação”, afirma, em nota, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Alvim, também chancelou a boa vontade do governo federal em tentar compensar o fim da taxa antidumping. “Tal medida (a ação do MRE na OMC) demonstra que o governo está buscando a solução para contornar o

fim da cobrança das tarifas". Ainda segundo Alvim, caso se confirme a aplicação da nova taxa, o setor lácteo nacional manterá o otimismo "quanto à mitigação dos riscos de avanços nas importações de leite em pó originárias da União Europeia".

O principal receio, conta Alvim, é que o bloco exporte para cá leite produzido sob fortes subsídios, prejudicando o setor produtivo nacional pela perda de competitividade. "Nós vamos concorrer não com o produtor de leite, mas com o Tesouro da União Europeia", advertiu.

Outra liderança da cadeia produtiva, Alexandre Guerra, presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), também se diz "convicto" de que o governo resolverá a questão: "Alguma solução eles vão ter de dar", afirmou ao Broadcast Agro. Ele teme a entrada do leite em pó europeu no Brasil por se tratar de "concorrência desleal". "Antes a importação de leite da UE era nula porque havia a taxa antidumping, mais o imposto de importação para impedir", continua. "Se o queijo já entra aqui com 28% de taxa, por que o leite não pode entrar?", indaga Guerra, acrescentando que a retirada da taxa antidumping deixou todo o setor em alerta. "Fazemos nosso trabalho para melhorar a competitividade e temos uma surpresa como essa", lamenta.

Guerra comenta que, mesmo com a medida do Ministério das Relações Exteriores na OMC encaminhada, nesta terça (26) ele e mais uma comitiva do Rio Grande do Sul devem ter uma reunião com a ministra da Agricultura. "Vamos colocar em pauta esse assunto (do leite da UE) novamente", assinala.

Borges, da Abraleite, lembra que o Ministério da Agricultura informou que está fiscalizando diariamente a entrada de leite da UE no país após o fim da taxa antidumping. "A ministra nos garantiu que não deixará entrar leite nem da Europa, nem da Nova Zelândia (cuja taxa antidumping, de 3,9% também foi extinta)", disse Borges, acrescentando, porém, que o que o setor almeja é uma "decisão definitiva". "Queira ou não, enquanto não se cria uma barreira, há o risco real de acontecer uma grande importação de leite europeu. Quando o governo for tomar alguma providência, o estrago no mercado interno já terá sido feito", avisou o representante dos produtores de leite.

Inicialmente, desde o ano passado, o setor aguardava a renovação da taxa antidumping pelo governo federal. A taxa, de 14,8% sobre o leite europeu e de 3,9% sobre o produto da Nova Zelândia, vinha sendo renovada desde 2001, a cada cinco anos. Entretanto, no dia 6 de fevereiro o Ministério da Economia não viu razões técnicas para manter a barreira, sob a alegação de que as importações de leite em pó da Europa eram quase nulas.

A derrubada da taxa provocou reação do setor agropecuário, liderado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Tanto que, no dia 12 de fevereiro, o presidente da FPA, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), anunciou que o governo publicaria até o dia 14 de fevereiro, no Diário Oficial da União (DOU), decreto aumentando a taxa de importação de 28% para 42% sobre o leite europeu. O decreto não foi publicado e até o momento o setor leiteiro brasileiro continua na expectativa de alguma medida mais efetiva.

Veículo: Terra

Link: <https://www.terra.com.br/economia/setor-de-lacteos-confia-que-governo-tera-solucao-contra-leite-em-po-da-ue,71bacf8f842ede278e8d431130f17178v5whp47g.html>

Página: Notícias

Data: 25/02/2019

ECONOMIA

Setor de lácteos confia que governo terá solução contra leite em pó da UE

 Tânia Rabello

25 FEV 2019 19h13






 COMENTÁRIOS

São Paulo, 25 - Apesar da ameaça de "inundação" do leite em pó da União Europeia no Brasil após o fim da taxa antidumping, no dia 6 de fevereiro, o setor leiteiro se mantém otimista de que o governo tomará alguma providência para impedir a entrada em grandes quantidades do produto do bloco. "Nós apoiamos ativamente a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e sua ida para o ministério", disse ao >Broadcast Agro, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abral Leite), Geraldo Borges. "Acreditamos que o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe vão cumprir com o prometido (de impedir a entrada de leite da UE)", diz. "Para nós, qualquer medida que compense o fim da tarifa antidumping será bem aceita."

O passo mais recente neste sentido foi dado na sexta-feira (22), quando o Ministério das Relações Exteriores (MRE) notificou a Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a possibilidade de aumentar a tarifa de importação de leite em pó europeu em 14,8%. Assim, além da alíquota aplicada hoje referente à Tarifa Externa Comum (TEC), que é de 28%, haveria os 14,8% adicionais. A iniciativa está prevista nas regras da OMC e funcionaria como resposta à salvaguarda imposta pelo bloco europeu ao aço brasileiro. "A partir de agora, inicia-se um período de negociação", disse em nota na sexta-feira (22) a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Alvim, também chancelou a boa vontade do governo federal em tentar compensar o fim da taxa antidumping. "Tal medida (a ação do MRE na OMC) demonstra que o governo está buscando a solução para contornar o fim da cobrança das tarifas". Ainda segundo Alvim, caso se confirme a aplicação da nova taxa, o setor lácteo nacional manterá o otimismo "quanto à mitigação dos riscos de avanços nas importações de leite em pó originárias da União Europeia".

O principal receio, conta Alvim, é que o bloco exporte para cá leite produzido sob fortes subsídios, prejudicando o setor produtivo nacional

pela perda de competitividade. "Nós vamos concorrer não com o produtor de leite, mas com o Tesouro da União Europeia", advertiu.

Outra liderança da cadeia produtiva, Alexandre Guerra, presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), também se diz "convicto" de que o governo resolverá a questão: "Alguma solução eles vão ter de dar", afirmou ao Broadcast Agro. Ele teme a entrada do leite em pó europeu no Brasil por se tratar de "concorrência desleal". "Antes a importação de leite da UE era nula porque havia a taxa antidumping, mais o imposto de importação para impedir", continua. "Se o queijo já entra aqui com 28% de taxa, por que o leite não pode entrar?", indaga Guerra, acrescentando que a retirada da taxa antidumping deixou todo o setor em alerta. "Fazemos nosso trabalho para melhorar a competitividade e temos uma surpresa como essa", lamenta.

Guerra comenta que, mesmo com a medida do Ministério das Relações Exteriores na OMC encaminhada, nesta terça (26) ele e mais uma comitiva do Rio Grande do Sul devem ter uma reunião com a ministra da Agricultura. "Vamos colocar em pauta esse assunto (do leite da UE) novamente", assinala.

Borges, da Abraleite, lembra que o Ministério da Agricultura informou que está fiscalizando diariamente a entrada de leite da UE no País após o fim da taxa antidumping. "A ministra nos garantiu que não deixará entrar leite nem da Europa, nem da Nova Zelândia (cuja taxa antidumping, de 3,9% também foi extinta)", disse Borges, acrescentando, porém, que o que o setor almeja é uma "decisão definitiva". "Queira ou não, enquanto não se cria uma barreira, há o risco real de acontecer uma grande importação de leite europeu. Quando o governo for tomar alguma providência, o estrago no mercado interno já terá sido feito", avisou o representante dos produtores de leite.

Inicialmente, desde o ano passado, o setor aguardava a renovação da taxa antidumping pelo governo federal. A taxa, de 14,8% sobre o leite europeu e de 3,9% sobre o produto da Nova Zelândia, vinha sendo renovada desde 2001, a cada cinco anos. Entretanto, no dia 6 de fevereiro o Ministério da Economia não viu razões técnicas para manter a barreira, sob a alegação de que as importações de leite em pó da Europa eram quase nulas.

A derrubada da taxa provocou reação do setor agropecuário, liderado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Tanto que, no dia 12 de fevereiro, o presidente da FPA, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), anunciou que o governo publicaria até o dia 14 de fevereiro, no Diário Oficial da União (DOU), decreto aumentando a taxa de importação de 28% para 42% sobre o leite europeu. O decreto não foi publicado e até o momento o setor leiteiro brasileiro continua na expectativa de alguma medida mais efetiva.

Veículo: Milkpoint

Link: <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/leite-volta-a-subir-no-rio-grande-do-sul-212777/>

Página: Notícias

Data: 26/02/2019



Depois de cinco meses de queda, o valor de referência do **leite** voltou a subir no **Rio Grande do Sul**. O indexador projetado para fevereiro de 2019 pelo Conseleite é de R\$ 1,1142, 0,77% acima do consolidado de R\$ 1,1057 de janeiro e bem acima do projetado (R\$ 1,0574/janeiro). “Começamos o ano com patamares elevados em relação ao mesmo período de anos anteriores”, pontuou o professor da UPF Eduardo Finamore.

Entre os produtos que puxaram o movimento de recuperação, cita ele, está o **leite em pó** (0,89%) e o **leite UHT** (2,47%), dois dos principais itens que compõem a cesta de produtos lácteos gaúcha. Segundo ele, a expectativa é que o setor trabalhe com preços mais elevados no início de 2019. “O primeiro semestre será um período de melhor rentabilidade ao produtor, movimento puxado pela volta às aulas e pela redução de custos no campo”, frisou.

O que se observa ao analisar o valor de referência ao longo dos anos é que a taxa de remuneração ao produtor está acima da praticada nos produtos de forma isolada. Levantamento realizado pelo Conseleite, explica o professor, indica que o leite, em 2018, teve valorização acima da inflação do período, o que reflete custos menores de produção, sendo próximo de 50% para pagamentos de insumos e 50% para pagamentos de mão de obra, máquinas e infraestrutura. “A inflação ao produtor ficou abaixo da média que se vê para a dona de casa”, completou. Quanto aos custos, Finamore informou que o mercado do milho e soja com preços mais baixos deve ajudar o produtor, barateando o custo da ração.

Segundo o presidente do Conseleite, Pedrinho Signori, o otimismo traz alento ao setor uma vez que o segundo semestre de 2018 foi de apreensão no campo e baixa rentabilidade. “Vivemos um divisor de águas no setor leiteiro no Brasil. Há muita preocupação com a posição que será adotada pelo governo sobre as taxas antidumping e em relação à implementação das novas **INs** que regulam a qualidade da produção. São duas decisões que impactarão diretamente no futuro de milhares de produtores que se dedicam à atividade”, salientou Signori.

O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, pontuou que os próximos 30 dias serão decisivos para alinhar como o mercado se comportará em 2019. Apesar dos dados que indicam boa remuneração no campo, Palharini informa que, no varejo, os preços mantiveram-se, esmagando a rentabilidade do setor industrial.

Tabela 1: Valores Finais da Matéria-Prima (Leite) de Referência¹, em R\$ – Janeiro de 2018.

Matéria-prima	Valores Projetados Janeiro/18	Valores Finais Janeiro /18	Diferença (Final – projetado)
I – Maior valor de referência	1,2161	1,2716	0,0555
II – Valor de referência IN 62 ¹	1,0574	1,1057	0,0483
III – Menor valor de referência	0,9517	0,9951	0,0434

(1) Valor para o leite “**posto na propriedade**” o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência IN 62 está incluso Funrural de 1,5% a ser descontado do produtor rural

Tabela 2: Valores Projetados da Matéria-Prima (Leite) de Referência¹ IN 62, em R\$ – Fevereiro de 2018.

Matéria-prima	Fevereiro*/18
I – Maior valor de referência	1,2813
II – Valor de referência IN 62	1,1142
III – Menor valor de referência	1,0028

* Previsão

Tabela 3: Valores de referência dos últimos três meses.

Matéria-prima	Dezembro /18	Janeiro / 19	Fevereiro / 19*
I – Maior valor de referência	1,2143	1,2716	1,2813
II – Valor de referência	1,0559	1,1057	1,1142
III – Menor valor de referência	0,9503	0,9951	1,0028

Veículo: Página Rural

Link: <http://www.paginarural.com.br/noticia/265486/leite-volta-a-subir-no-rio-grande-do-sul-diz-conseleite-gaucha>

Página: Notícias

Data: 26/02/2019

Eventos - Leite

RS: leite volta a subir no Rio Grande do Sul, diz Conseleite gaúcho

Porto Alegre/RS

Depois de cinco meses de queda, o valor de referência do leite voltou a subir no Rio Grande do Sul. O indexador projetado para fevereiro de 2019 pelo Conseleite é de R\$ 1,1142, 0,77% acima do consolidado de R\$ 1,1057 de janeiro e bem acima do projetado (R\$ 1,0574/janeiro). "Começamos o ano com patamares elevados em relação ao mesmo período de anos anteriores", pontuou o professor da UFP Eduardo Finamore. Entre os produtos que puxaram o movimento de recuperação, cita ele, está o leite em pó (0,89%) e o leite UHT (2,47%), dois dos principais itens que compõem a cesta de produtos lácteos gaúchos. Segundo ele, a expectativa é que o setor trabalhe com preços mais elevados no início de 2019. "O primeiro semestre será um período de melhor rentabilidade ao produtor, movimento puxado pela volta às aulas e pela redução de custos no campo", frisou.

O que se observa ao analisar o valor de referência ao longo dos anos é que a taxa de remuneração ao produtor está acima da praticada nos produtos de forma isolada. Levantamento realizado pelo Conseleite, explica o professor, indica que o leite, em 2018, teve valorização acima da inflação do período, o que reflete custos menores de produção, sendo próximo de 50% para pagamentos de insumos e 50% para pagamentos de mão de obra, máquinas e infraestrutura. "A inflação ao produtor ficou abaixo da média que se vê para a dona de casa", completou. Quanto aos custos, Finamore informou que o mercado do milho e soja com preços mais baixos deve ajudar o produtor, barateando o custo da ração.

Segundo o presidente do Conseleite, Pedrinho Signori, o otimismo traz alento ao setor uma vez que o segundo semestre de 2018 foi de apreensão no campo e baixa rentabilidade. "Vivemos um divisor de águas no setor leiteiro no Brasil. Há muita preocupação com a posição que será adotada pelo governo sobre as taxas antidumping e em relação à implementação das novas INs que regulam a qualidade da produção. São duas decisões que impactarão diretamente no futuro de milhares de produtores que se dedicam à atividade", salientou Signori.

O secretário-executivo do Sindlat, Darlan Palharini, pontuou que os próximos 30 dias serão decisivos para alinhar como o mercado se comportará em 2019. Apesar dos dados que indicam boa remuneração no campo, Palharini informa que, no varejo, os preços mantiveram-se, esmagando a rentabilidade do setor industrial.

Imagens



Foto: Carolina Jardine / Sindlat

Tabela 1: Valores Finais da Matéria-Prima (Leite) de Referência¹, em R\$ – Janeiro de 2018.

Matéria-prima	Valores Projetados Janeiro /18	Valores Finais Janeiro /18	Diferença (Final – projetado)
I – Maior valor de referência	1,2161	1,2716	0,0555
II – Valor de referência IN 62 ¹	1,0574	1,1057	0,0483
III – Menor valor de referência	0,9517	0,9951	0,0434

(1) Valor para o leite "posto na propriedade" o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência IN 62 está incluso Furrural de 1,5% a ser descontado do produtor rural

Tabela 2: Valores Projetados da Matéria-Prima (Leite) de Referência¹ IN 62, em R\$ – Fevereiro de 2018.

Matéria-prima	Fevereiro*/18
I – Maior valor de referência	1,2813
II – Valor de referência IN 62	1,1142
III – Menor valor de referência	1,0028

* Previsão

Tabela 3: Valores de referência dos últimos três meses

Matéria-prima	Dezembro /18	Janeiro / 19	Fevereiro / 19*
I – Maior valor de referência	1,2143	1,2716	1,2813
II – Valor de referência	1,0559	1,1057	1,1142
III – Menor valor de referência	0,9503	0,9951	1,0028

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindlat)

Veículo: Guialat**Link:** https://www.guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=4450**Página:** Notícias**Data:** 26/02/2019

Setor de lácteos confia que governo terá solução contra leite em pó da UE

26/02/2019 10:37:37 - Por: Estádio Conteúdo

A derrubada da taxa antidumping provocou reação do setor agropecuário, liderado pela Frente Parlamentar da Agropecuária.



Apesar da ameaça de "inundação" do leite em pó da União Europeia no Brasil após o fim da taxa antidumping, no dia 6 de fevereiro, o setor leiteiro se mantém otimista de que o governo tomará alguma providência para impedir a entrada em grandes quantidades do produto do bloco. "Acreditamos que o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe vão cumprir com o prometido (de impedir a entrada de leite da UE)", diz o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite), Geraldo Borges. Segundo ele, qualquer medida que compense o fim da tarifa antidumping será "bem aceita".

O passo mais recente neste sentido foi dado na sexta-feira, dia 22, quando o Ministério das Relações Exteriores (MRE) notificou a Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a possibilidade de aumentar a tarifa de importação de leite em pó europeu em 14,8%. Assim, além da alíquota aplicada hoje referente à Tarifa Externa Comum (TEC), que é de 28%, haveria os 14,8% adicionais. A iniciativa está prevista nas regras da OMC e funcionaria como resposta à salvaguarda imposta pelo bloco europeu ao aço brasileiro. "A partir de agora, inicia-se um período de negociação", afirma, em nota, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Alvim, também chancelou a boa vontade do governo federal em tentar compensar o fim da taxa antidumping. "Tal medida (a ação do MRE na OMC) demonstra que o governo está buscando a solução para contornar o fim da cobrança das tarifas". Ainda segundo Alvim, caso se confirme a aplicação da nova taxa, o setor lácteo nacional manterá o otimismo "quanto à mitigação dos riscos de avanços nas importações de leite em pó originárias da União Europeia".

O principal receio, conta Alvim, é que o bloco exporte para cá leite produzido sob fortes subsídios, prejudicando o setor produtivo nacional pela perda de competitividade. "Nós vamos concorrer não com o produtor de leite, mas com o Tesouro da União Europeia", advertiu.

Outra liderança da cadeia produtiva, Alexandre Guerra, presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), também se diz "convicto" de que o governo resolverá a questão: "Alguma solução eles vão ter de dar", afirmou ao Broadcast Agro. Ele teme a entrada do leite em pó europeu no Brasil por se tratar de "concorrência desleal". "Antes a importação de leite da UE era nula porque havia a taxa antidumping, mais o imposto de importação para impedir", continua. "Se o queijo já entra aqui com 28% de taxa, por que o leite não pode entrar?", indaga Guerra, acrescentando que a retirada da taxa antidumping deixou todo o setor em alerta. "Fazemos nosso trabalho para melhorar a competitividade e temos uma surpresa como essa", lamenta.

Guerra comenta que, mesmo com a medida do Ministério das Relações Exteriores na OMC encaminhada, nesta terça (26) ele e mais uma comitiva do Rio Grande do Sul devem ter uma reunião com a ministra da Agricultura. "Vamos colocar em pauta esse assunto (do leite da UE) novamente", assinala.

Borges, da Abraleite, lembra que o Ministério da Agricultura informou que está fiscalizando diariamente a entrada de leite da UE no país após o fim da taxa antidumping. "A ministra nos garantiu que não deixará entrar leite nem da Europa, nem da Nova Zelândia (cuja taxa antidumping, de 3,9% também foi extinta)", disse Borges, acrescentando, porém, que o que o setor almeja é uma "decisão definitiva". "Queira ou não, enquanto não se cria uma barreira, há o risco real de acontecer uma grande importação de leite europeu. Quando o governo for tomar alguma providência, o estrago no mercado interno já terá sido feito", avisou o representante dos produtores de leite.

Inicialmente, desde o ano passado, o setor aguardava a renovação da taxa antidumping pelo governo federal. A taxa, de 14,8% sobre o leite europeu e de 3,9% sobre o produto da Nova Zelândia, vinha sendo renovada desde 2001, a cada cinco anos. Entretanto, no dia 6 de fevereiro o Ministério da Economia não viu razões técnicas para manter a barreira, sob a alegação de que as importações de leite em pó da Europa eram quase nulas.

A derrubada da taxa provocou reação do setor agropecuário, liderado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Tanto que, no dia 12 de fevereiro, o presidente da FPA, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), anunciou que o governo publicaria até o dia 14 de fevereiro, no Diário Oficial da União (DOU), decreto aumentando a taxa de importação de 28% para 42% sobre o leite europeu. O decreto não foi publicado e até o momento o setor leiteiro brasileiro continua na expectativa de alguma medida mais efetiva.

Veículo: Notícias Agrícolas**Link:** <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/leite/230947-leite-volta-a-subir-no-rio-grande-do-sul.html#.XHab7ohKjIV>**Página:** Notícias**Data:** 26/02/2019

Leite volta a subir no Rio Grande do Sul

Publicado em 26/02/2019 14:03



140 exibições

Depois de cinco meses de queda, o valor de referência do leite voltou a subir no Rio Grande do Sul. O indexador projetado para fevereiro de 2019 pelo Conseleite é de R\$ 1,1142, 0,77% acima do consolidado de R\$ 1,1057 de janeiro e bem acima do projetado (R\$ 1,0574/janeiro). "Começamos o ano com patamares elevados em relação ao mesmo período de anos anteriores", pontuou o professor da UPF Eduardo Finamore. Entre os produtos que puxaram o movimento de recuperação, cita ele, está o leite em pó (0,89%) e o leite UHT (2,47%), dois dos principais itens que compõem a cesta de produtos lácteos gaúcha. Segundo ele, a expectativa é que o setor trabalhe com preços mais elevados no início de 2019. "O primeiro semestre será um período de melhor rentabilidade ao produtor, movimento puxado pela volta às

aulas e pela redução de custos no campo", frisou.

O que se observa ao analisar o valor de referência ao longo dos anos é que a taxa de remuneração ao produtor está acima da praticada nos produtos de forma isolada. Levantamento realizado pelo Conseleite, explica o professor, indica que o leite, em 2018, teve valorização acima da inflação do período, o que reflete custos menores de produção, sendo próximo de 50% para pagamentos de insumos e 50% para pagamentos de mão de obra, máquinas e infraestrutura. "A inflação ao produtor ficou abaixo da média que se vê para a dona de casa", completou. Quanto aos custos, Finamore informou que o mercado do milho e soja com preços mais baixos deve ajudar o produtor, barateando o custo da ração.

Segundo o presidente do Conseleite, Pedrinho Signori, o otimismo traz alento ao setor uma vez que o segundo semestre de 2018 foi de apreensão no campo e baixa rentabilidade. "Vivemos um divisor de águas no setor leiteiro no Brasil. Há muita preocupação com a posição que será adotada pelo governo sobre as taxas antidumping e em relação à implementação das novas INs que regulam a qualidade da produção. São duas decisões que impactarão diretamente no futuro de milhares de produtores que se dedicam à atividade", salientou Signori.

O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, pontuou que os próximos 30 dias serão decisivos para alinhar como o mercado se comportará em 2019. Apesar dos dados que indicam boa remuneração no campo, Palharini informa que, no varejo, os preços mantiveram-se, esmagando a rentabilidade do setor industrial.

Fonte Conseleite RS

Veículo: Rádio Guaíba**Link:** <https://guaiba.com.br/2019/02/26/leite-volta-a-subir-no-rio-grande-do-sul/>**Página:** Notícias**Data:** 26/02/2019

Leite volta a subir no Rio Grande do Sul

Publicado por **Lucas Rivas** - 26/02/2019 - 18:17 e atualizado em 26/02/2019 - 18:17



Depois de cinco meses de queda, o valor de referência do leite voltou a subir no Rio Grande do Sul. O indexador projetado para fevereiro de 2019 pelo Conseleite é de R\$ 1,1142, 0,77% acima do consolidado de R\$ 1,1057 de janeiro e bem acima do projetado (R\$ 1,0574/janeiro). "Começamos o ano com patamares elevados em relação ao mesmo período de anos anteriores", pontuou o professor da UPF Eduardo Finamore. Entre os produtos que puxaram o movimento de recuperação, cita ele, está o leite em pó (0,89%) e o leite UHT (2,47%), dois dos principais itens que compõem a cesta de produtos lácteos gaúcha. Segundo ele, a expectativa é que o setor trabalhe com preços mais elevados no início de 2019. "O primeiro semestre será um período de melhor rentabilidade ao produtor, movimento puxado pela volta às aulas e pela redução de custos no campo", frisou.

O que se observa ao analisar o valor de referência ao longo dos anos é que a taxa de remuneração ao produtor está acima da praticada nos produtos de forma isolada. Levantamento realizado pelo Conseleite, explica o professor, indica que o leite, em 2018, teve valorização acima da inflação do período, o que reflete custos menores de produção, sendo próximo de 50% para pagamentos de insumos e 50% para pagamentos de mão de obra, máquinas e infraestrutura. "A inflação ao produtor ficou abaixo da média que se vê para a dona de casa", completou. Quanto aos custos, Finamore informou que o mercado do milho e soja com preços mais baixos deve ajudar o produtor, barateando o custo da ração.

Segundo o presidente do Conseleite, Pedrinho Signori, o otimismo traz alento ao setor uma vez que o segundo semestre de 2018 foi de apreensão no campo e baixa rentabilidade. "Vivemos um divisor de águas no setor leiteiro no Brasil. Há muita preocupação com a posição que será adotada pelo governo sobre as taxas antidumping e em relação à implementação das novas INs que regulam a qualidade da produção. São duas decisões que impactarão diretamente no futuro de milhares de produtores que se dedicam à atividade", salientou Signori.

O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, pontuou que os próximos 30 dias serão decisivos para alinhar como o mercado se comportará em 2019. Apesar dos dados que indicam boa remuneração no campo, Palharini informa que, no varejo, os preços mantiveram-se, esmagando a rentabilidade do setor industrial.

Veículo: Rádio Pampa

Link: <http://www.radiopampa.com.br/preco-do-leite-sobe-no-rio-grande-do-sul/>

Página: Notícias

Data: 26/02/2019

PREÇO DO LEITE SOBE NO RIO GRANDE DO SUL

Gabriella Rocha | 26/02/2019 | Economia, Geral | Nenhum comentário



Produção de leite é rentável para o produtor no mês de fevereiro. (Foto: Banco de Dados/O Sul)

O valor de referência do leite voltou a subir, depois de cinco meses de queda no Rio Grande do Sul. Para o produtor, a rentabilidade e o lucro tendem a crescer. Com o indexador projetado para fevereiro de 2019 pelo Conseleite estimado em R\$ 1,1142 (cerca de 0,70% acima do consolidado em janeiro e além do previsto para o mês, que era de R\$ 1,0574) e com os custos de produção menores, espera-se grande lucratividade no setor.

Com a volta às aulas, o preço do leite no comércio também tende a aumentar, devido ao aumento do consumo nesse período do ano. Acredita-se que, em todo o primeiro semestre de 2019, os preços continuem subindo para o produtor e, conseqüentemente, para o consumidor, conforme a demanda da população.

Veículo: Terra

Link: <https://www.terra.com.br/economia/sindilat-rs-ministra-disse-que-estuda-compensacao-para-fim-de-taxa-antidumping,dd79380042786ce6da63b8aced4010cfgij4llyq.html>

Página: Notícias

Data: 26/02/2019

ECONOMIA

Sindilat-RS: ministra disse que estuda compensação para fim de taxa antidumping

 Tânia Rabello

26 FEV 2019 20h22

 [COMENTÁRIOS](#) 0

São Paulo, 26 - A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou que o governo está estudando uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação foi dada ao Broadcast Agro, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, pelo presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), Alexandre Guerra.

O representante do Sindilat participou nesta tarde de terça-feira, em Brasília, de reunião com a ministra, juntamente com uma comitiva gaúcha. "Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo", disse. Ao Broadcast Agro, Guerra não detalhou, porém, que tipo de medida compensatória seria adotada. "A ministra não revelou, talvez por questões estratégicas", comentou, acrescentando que se mantém confiante de que "alguma solução será dada".

Além disso, em nota, o Sindilat informou que a ministra se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77, que entram em vigor em 30 de maio, à Câmara Setorial do Leite, e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros Estados. De acordo com Guerra, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo. "Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa", relata.

Entre eles, Guerra mencionou ao Broadcast Agro o reforço à assistência técnica a produtores que, pelo fato de não atenderem aos padrões sanitários do leite entregue ao laticínio, estariam ameaçados de serem cortados como fornecedores. "Em vez de excluir o produtor porque o leite que ele entregou à indústria tem altos níveis de contagem bacteriana total (CBT), ideal seria atendê-lo para melhorar seus processos e qualidade do leite", disse.

Outra questão seria a adoção de prazos gradativos para algumas exigências das novas INs, como a entrega do leite na plataforma do laticínio sob a temperatura máxima de 7 graus. "Para conseguir atender a essa exigência o produtor deve ter equipamentos apropriados, como resfriadores. Por isso pleiteamos crédito mais acessível", informou à reportagem.

O presidente da Cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, relata o Sindilat, manifestou a importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. "Só nós teremos mais de 50% dos produtores afetados", assinalou.

Conforme o Sindilat-RS, os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, SEAPDR, Findexa, Famurs, Asamvat e Avat. A reunião foi marcada pelo deputado federal Heitor Schuch e contou com a presença de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionilso Marcon e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados, Alceu

Veículo: Istoé**Link:** <https://istoe.com.br/sindilat-rs-ministra-disse-que-estuda-compensacao-para-fim-de-taxa-antidumping/>**Página:** Notícias**Data:** 26/02/2019

AGRONEGÓCIO

Sindilat-RS: ministra disse que estuda compensação para fim de taxa antidumping

Estadão Conteúdo

🕒 26/02/19 - 20h11

São Paulo, 26 – A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou que o governo está estudando uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação foi dada ao Broadcast Agro, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, pelo presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), Alexandre Guerra.

O representante do Sindilat participou nesta tarde de terça-feira, em Brasília, de reunião com a ministra, juntamente com uma comitiva gaúcha. “Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo”, disse. Ao Broadcast Agro, Guerra não detalhou, porém, que tipo de medida compensatória seria adotada. “A ministra não revelou, talvez por questões estratégicas”, comentou, acrescentando que se mantém confiante de que “alguma solução será dada”.

Além disso, em nota, o Sindilat informou que a ministra se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77, que entram em vigor em 30 de maio, à Câmara Setorial do Leite, e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros Estados. De acordo com Guerra, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo. “Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa”, relata.

Entre eles, Guerra mencionou ao Broadcast Agro o reforço à assistência técnica a produtores que, pelo fato de não atenderem aos padrões sanitários do leite entregue ao laticínio, estariam ameaçados de serem cortados como fornecedores. “Em vez de excluir o produtor porque o leite que ele entregou à indústria tem altos níveis de contagem bacteriana total (CBT), ideal seria atendê-lo para melhorar seus processos e qualidade do leite”, disse.

Outra questão seria a adoção de prazos gradativos para algumas exigências das novas INs, como a entrega do leite na plataforma do laticínio sob a temperatura máxima de 7 graus. “Para conseguir atender a essa exigência o produtor deve ter equipamentos apropriados, como resfriadores. Por isso pleiteamos crédito mais acessível”, informou à reportagem.

O presidente da Cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, relata o Sindilat, manifestou a importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. “Só nós teremos mais de 50% dos produtores afetados”, assinalou.

Conforme o Sindilat-RS, os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, SEAPDR, Findesa, Famurs, Asamvat e Avat. A reunião foi marcada pelo deputado federal Heitor Schuch e contou com a presença de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionílio Marcon e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados, Alceu Moreira.

Veículo: Economia Estadão

Link: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ministra-estuda-compensacao-para-fim-de-taxa-antidumping-sobre-leite-em-po,70002737175?utm_source=estadao:whatsapp

Página: Notícias

Data: 26/02/2019

Ministra estuda compensação para fim de taxa antidumping sobre leite em pó

Informação foi dada pelo presidente do Sindilat-RS, que não detalhou que tipo de medida compensatória seria adotada

Tânia Rabello, O Estado de S.Paulo
26 de fevereiro de 2019 | 20h46

SIGA O ESTADÃO



A ministra da Agricultura, **Tereza Cristina**, assegurou que o governo está estudando uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação foi dada ao **Estadão/Broadcast** pelo presidente do **Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS)**, Alexandre Guerra.



O representante do Sindilat participou nesta terça-feira, 26, em Brasília, de reunião com a ministra, juntamente com uma comitiva gaúcha. "Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo", disse. Ao **Estadão/Broadcast**, Guerra não detalhou, porém, que tipo de medida compensatória seria adotada. "A ministra não revelou, talvez por questões estratégicas", comentou, acrescentando que se mantém confiante de que "alguma solução será dada".

Além disso, em nota, o Sindilat informou que a ministra se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77, que entram em vigor em 30 de maio, à Câmara Setorial do Leite, e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros Estados. De acordo com Guerra, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo. "Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa", relata.

Entre eles, Guerra mencionou o reforço à assistência técnica a produtores que, pelo fato de não atenderem aos padrões sanitários do leite entregue ao laticínio, estariam ameaçados de serem cortados como fornecedores. "Em vez de excluir o produtor porque o leite que ele entregou à indústria tem altos níveis de contagem bacteriana total (CBT), ideal seria atendê-lo para melhorar seus processos e qualidade do leite", disse.

Outra questão seria a adoção de prazos gradativos para algumas exigências das novas INs, como a entrega do leite na plataforma do laticínio sob a temperatura máxima de 7 graus. "Para conseguir atender a essa exigência o produtor deve ter equipamentos apropriados, como resfriadores. Por isso pleiteamos crédito mais acessível", informou.

O presidente da Cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, relata o Sindilat, manifestou a importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. "Só nós, teremos mais de 50% dos produtores afetados", assinalou.

Conforme o Sindilat-RS, os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, SEAPDR, Findesa, Famurs, Asamvat e Avat. A reunião foi marcada pelo deputado federal Heitor Schuch e contou com a presença de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionilso Marcon e o presidente da **Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados, Alceu Moreira**.

Veículo: Página Rural**Link:** <http://www.paginarural.com.br/noticia/265506/ministra-da-agricultura-assegura-adocao-de-medida-compensatoria-para-o-leite-diz-sindilat>**Página:** Notícias**Data:** 26/02/2019

Terça-feira, 26 de fevereiro de 2019 - 19h44m

Eventos > Reunião**DF: ministra da Agricultura assegura adoção de medida compensatória para o leite, diz Sindilat****Brasília/DF**

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou, nesta terça-feira (26), à comitiva formada por representantes da cadeia produtiva do leite do Rio Grande do Sul, que o governo estuda a adoção de uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação é do presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, que participou do encontro realizado em Brasília. "Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo", revela.

A ministra Tereza Cristina também se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77 à Câmara Setorial do Leite e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros estados. De acordo com Guerra, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo. "Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa", relata.

A Câmara Setorial do Leite será acionada em breve segundo garantiu a ministra, já que as INs estão previstas para vigorar a partir de 30 de maio. "Ela entendeu que a implementação dos novos índices precisa ser gradual, mas precisa consultar o corpo técnico do ministério para avaliar como isso pode ser ajustado", diz Guerra. Os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, Seapdr, Findesa, Famurs, Asamvat e Avat.

Sobre as compras governamentais de leite em pó com objetivo de retirar excedente do mercado, assunto que não estava na pauta da reunião, a ministra garantiu que o tema está em discussão.

Também participou do encontro o presidente da cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, associado ao Sindilat, que manifestou a importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. "Só nós, teremos mais de 50% dos produtores afetados", declara. A reunião foi marcada pelo deputado federal Hektor Schuch e contou com a presença de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionísio Marcon e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados, Alceu Moreira.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat)

Imagens**Foto:** Noaldo Santos / Mapa

Veículo: Rádio Guaíba

Link: <https://guaiba.com.br/2019/02/26/tereza-cristina-assegura-adocao-de-medida-compensatoria-para-o-leite/>

Página: Notícias

Data: 26/02/2019

Tereza Cristina assegura adoção de medida compensatória para o leite

Publicado por **Lucas Rivas** - 26/02/2019 - 19:40 e atualizado em 26/02/2019 - 19:40



A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou, nesta terça-feira, à comitiva formada por representantes da cadeia produtiva do leite do Rio Grande do Sul, que o governo estuda a adoção de uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação é do presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, que participou do encontro realizado em Brasília. "Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo", revela.

A ministra Tereza Cristina também se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77 à Câmara Setorial do Leite e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros estados. De acordo com Guerra, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo. "Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa", relata.

A Câmara Setorial do Leite será acionada em breve segundo garantiu a ministra, já que as INs estão previstas para vigorar a partir de 30 de maio. "Ela entendeu que a implementação dos novos índices precisa ser gradual, mas precisa consultar o corpo técnico do ministério para avaliar como isso pode ser ajustado", diz Guerra. Os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, SEAPDR, Findesa, Famurs, Asamvat e Avat. Sobre as compras governamentais de leite em pó com objetivo de retirar excedente do mercado, assunto que não estava na pauta da reunião, a ministra garantiu que o tema está em discussão.

Também participou do encontro o presidente da cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, associado ao Sindilat, que manifestou a importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. "Só nós, teremos mais de 50% dos produtores afetados", declara. A reunião foi marcada pelo deputado federal Heitor Schuch e contou com a presença de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionilso Marcon e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados, Alceu Moreira.

Veículo: Agrolink

Link: https://www.agrolink.com.br/noticias/tereza-cristina-assegura-adoacao-de-medida-compensatoria-para-o-leite_416444.html

Página: Notícias

Data: 27/02/2019



Leite

Tereza Cristina assegura adoção de medida compensatória para o leite

Governo estuda medidas para que importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem setor lácteo brasileiro

Imagem créditos: Divulgação

Por: AGROLINK COM INF. DE ACESSORIA
Publicado em 27/02/2019 às 08:54h.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou à comitiva formada por representantes da cadeia produtiva do leite do Rio Grande do Sul, que o governo estuda a adoção de uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação é do presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, que participou do encontro realizado em Brasília. "Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo", revela. O encontro correu nessa terça-feira.

A ministra Tereza Cristina também se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77 à Câmara Setorial do Leite e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros estados. De acordo com Guerra, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo. "Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa", relata.

A Câmara Setorial do Leite será acionada em breve segundo garantiu a ministra, já que as INs estão previstas para vigorar a partir de 30 de maio. "Ela entendeu que a implementação dos novos índices precisa ser gradual, mas precisa consultar o corpo técnico do ministério para avaliar como isso pode ser ajustado", diz Guerra. Os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, SEAPDR, Findesa, Famurs, Asamvat e Avat. Sobre as compras governamentais de leite em pó com objetivo de retirar excedente do mercado, assunto que não estava na pauta da reunião, a ministra garantiu que o tema está em discussão.

Também participou do encontro o presidente da cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, associado ao Sindilat, que manifestou da importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. "Só nós, teremos mais de 50% dos produtores afetados", declara. A reunião foi marcada pelo deputado federal Heitor Schuch e contou com a presença de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionilso Marcon e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados, Alceu Moreira.

Veículo:Guialat

Link: https://www.guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=4454

Página: Notícias

Data: 27/02/2019

Ministra da Agricultura assegura adoção de medida compensatória para o leite

27/02/2019 09:59:51 - Por: Assessoria de Imprensa Sindilat. Foto: Noaldo Santos/Ministério da Agricultura

A Câmara Setorial do Leite será acionada em breve segundo garantiu a ministra, já que as INs estão previstas para vigorar a partir de 30 de maio.



A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou, nesta terça-feira (26), à comitiva formada por representantes da cadeia produtiva do leite do Rio Grande do Sul, que o governo estuda a adoção de uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação é do presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, que participou do encontro realizado em Brasília. "Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo", revela.

A ministra Tereza Cristina também se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77 à Câmara Setorial do Leite e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros estados. De acordo com Guerra, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo. "Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa", relata.

A Câmara Setorial do Leite será acionada em breve segundo garantiu a ministra, já que as INs estão previstas para vigorar a partir de 30 de maio. "Ela entendeu que a implementação dos novos índices precisa ser gradual, mas precisa consultar o corpo técnico do ministério para avaliar como isso pode ser ajustado", diz Guerra. Os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, SEAPDR, Findesa, Famurs, Asamvat e Avat. Sobre as compras governamentais de leite em pó com objetivo de retirar excedente do mercado, assunto que não estava na pauta da reunião, a ministra garantiu que o tema está em discussão.

Também participou do encontro o presidente da cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, associado ao Sindilat, que manifestou da importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. "Só nós, teremos mais de 50% dos produtores afetados", declara. A reunião foi marcada pelo deputado federal Heitor Schuch e contou com a presença de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionilso Marcon e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados, Alceu Moreira.

Veículo: Canal Rural

Link: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/pecuaria/leite/leite-governo-estuda-compensacao-para-fim-de-taxa-antidumping/>

Página: Notícias

Data: 27/02/2019

Leite: governo estuda compensação para fim de taxa antidumping

informação é do presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), Alexandre Guerra

27 de fevereiro de 2019 às 10:18
Por Estádio Conteúdo



Foto: Pixabay

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou que o governo está estudando uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação é do presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), Alexandre Guerra.

O representante do Sindilat participou nesta tarde de terça-feira, dia 26, em Brasília, de uma reunião com a ministra, juntamente com uma comitiva gaúcha. "Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo", disse.



Guerra não detalhou, porém, que tipo de medida compensatória seria adotada. "A ministra não revelou, talvez por questões estratégicas", comentou, acrescentando que se mantém confiante de que "alguma solução será dada".

Além disso, em nota, o Sindilat informou que a ministra se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77, que entram em vigor em 30 de maio, à Câmara Setorial do Leite, e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros Estados.

Ainda de acordo com o presidente do Sindilat, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo. "Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa", relata.

Entre eles, Guerra mencionou o reforço à assistência técnica a produtores que, pelo fato de não atenderem aos padrões sanitários do leite entregue ao laticínio, estariam ameaçados de serem cortados como fornecedores. "Em vez de excluir o produtor porque o leite que ele entregou à indústria tem altos níveis de contagem bacteriana total (CBT), ideal seria atendê-lo para melhorar seus processos e qualidade do leite", disse.

Outra questão seria a adoção de prazos gradativos para algumas exigências das novas INs, como a entrega do leite na plataforma do laticínio sob a temperatura máxima de 7 graus. “Para conseguir atender a essa exigência o produtor deve ter equipamentos apropriados, como resfriadores. Por isso pleiteamos crédito mais acessível”, informou à reportagem.

O presidente da Cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, relata o Sindilat, manifestou a importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. “Só nós teremos mais de 50% dos produtores afetados”, assinalou.

Conforme o Sindilat-RS, os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, SEAPDR, Findesa, Famurs, Asamvat e Avat. A reunião foi marcada pelo deputado federal Heitor Schuch e contou com a presença de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionilso Marcon e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados, Alceu Moreira.

Veículo: Portal DBO

Link: <https://www.portaldbo.com.br/mapa-ainda-estuda-compensacao-para-fim-de-taxa-antidumping/>

Página: Notícias

Data: 27/02/2019



Mapa ainda quer compensação para fim de taxa antidumping

Informação foi dada pelo presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), Alexandre Guerra

PORTAL DBO | 27/02/2019 | 5:54 PM

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou que o governo está estudando uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação foi dada pelo presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), Alexandre Guerra.

O representante do Sindilat participou nesta tarde de terça-feira, 27 de fevereiro, em Brasília, de reunião com a ministra, juntamente com uma comitiva gaúcha. "Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo", disse. Guerra não detalhou, porém, que tipo de medida compensatória seria adotada. "A ministra não revelou, talvez por questões estratégicas", comentou, acrescentando que se mantém confiante de que "alguma solução será dada".

Além disso, em nota, o Sindilat informou que a ministra se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77, que entram em vigor em 30 de maio, à Câmara Setorial do Leite, e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros Estados. De acordo com Guerra, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo.

"Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa", relata.

Entre eles, Guerra mencionou o reforço à assistência técnica a produtores que, pelo fato de não atenderem aos padrões sanitários do leite entregue ao laticínio, estariam ameaçados de serem cortados como fornecedores. "Em vez de excluir o produtor porque o leite que ele entregou à indústria tem altos níveis de contagem bacteriana total (CBT), ideal seria atendê-lo para melhorar seus processos e qualidade do leite", disse.

Outra questão seria a adoção de prazos gradativos para algumas exigências das novas INs, como a entrega do leite na plataforma do laticínio sob a temperatura máxima de 7 graus. "Para conseguir atender a essa exigência o produtor deve ter equipamentos apropriados, como resfriadores. Por isso pleiteamos crédito mais acessível", informou à reportagem.

O presidente da Cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, relata o Sindilat, manifestou a importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. "Só nós teremos mais de 50% dos produtores afetados", assinalou.

Conforme o Sindilat-RS, os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, SEAPDR, Findesa, Famurs, Asamvat e Avat. A reunião foi marcada pelo deputado federal Heitor Schuch e contou com a presença de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionilso Marcon e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados, Alceu Moreira.

Fonte: ESTADÃO CONTEÚDO

Veículo: Edairynews**Link:** <https://edairynews.com/br/ministra-estuda-compensacao-para-fim-de-taxa-antidumping-sobre-leite-em-po-60367/>**Página:** Notícias**Data:** 27/02/2019

Miércoles, 6 marzo 2019

edairynews DairyCorp

Brasil | 27 febrero, 2019

LEITE | MINISTRA ESTUDA COMPENSAÇÃO PARA FIM DE TAXA ANTIDUMPING SOBRE LEITE EM PÓ

Informação foi dada pelo presidente do Sindilat-RS, que não detalhou que tipo de medida compensatória seria adotada

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou que o governo está estudando uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação foi dada ao **Estadão/Broadcast** pelo presidente do **Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS)**, Alexandre Guerra.

O representante do Sindilat participou nesta terça-feira, 26, em Brasília, de reunião com a ministra, juntamente com uma comitiva gaúcha. "Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo", disse. Ao **Estadão/Broadcast**, Guerra não detalhou, porém, que tipo de medida compensatória seria adotada. "A ministra não revelou, talvez por questões estratégicas", comentou, acrescentando que se mantém confiante de que "alguma solução será dada".

Além disso, em nota, o Sindilat informou que a ministra se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77, que entram em vigor em 30 de maio, à Câmara Setorial do Leite, e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros Estados. De acordo com Guerra, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo. "Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa", relata.

Entre eles, Guerra mencionou o reforço à assistência técnica a produtores que, pelo fato de não atenderem aos padrões sanitários do leite entregue ao laticínio, estariam ameaçados de serem cortados como fornecedores. "Em vez de excluir o produtor porque o leite que ele entregou à indústria tem altos níveis de contagem bacteriana total (CBT), ideal seria atendê-lo para melhorar seus processos e qualidade do leite", disse.

Outra questão seria a adoção de prazos gradativos para algumas exigências das novas INs, como a entrega do leite na plataforma do laticínio sob a temperatura máxima de 7 graus. "Para conseguir atender a essa exigência o produtor deve ter equipamentos apropriados, como resfriadores. Por isso pleiteamos crédito mais acessível", informou.

O presidente da Cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, relata o Sindilat, manifestou a importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. "Só nós, teremos mais de 50% dos produtores afetados", assinalou.

Conforme o Sindilat-RS, os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, SEAPDR, Findesa, Famurs, Asamvat e Avat. A reunião foi marcada pelo deputado federal Heitor Schuch e contou com a presença de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionilso Marcon e o presidente da **Frente Parlamentar da Agropecuária** da Câmara dos Deputados, Alceu Moreira.

Veículo: Notícias Agrícolas

Link: https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/leite/230987-ministra-estuda-compensacao-para-fim-de-taxa-antidumping-sobre-leite-em-po.html#.XH_JUYhKjIV

Página: Notícias

Data: 27/02/2019

Ministra estuda compensação para fim de taxa antidumping sobre leite em pó

Publicado em 27/02/2019 09:16



95 exibições



A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou que o governo está estudando uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação foi dada ao Estadão/Broadcast pelo presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), Alexandre Guerra.

O representante do Sindilat participou nesta terça-feira, 26, em Brasília, de reunião com a ministra, juntamente com uma comitiva gaúcha. "Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que a mesma está sendo desenhada pelo governo", disse. Ao Estadão/Broadcast, Guerra não

detalhou, porém, que tipo de medida compensatória seria adotada. "A ministra não revelou, talvez por questões estratégicas", comentou, acrescentando que se mantém confiante de que "alguma solução será dada".

Leia a notícia na íntegra no site do [Estadão](#).

Fonte Estadão

Veículo: Guialat

Link: https://www.guialat.com.br/?p=detalhar_noticia&id=4452

Página: Notícias

Data: 27/02/2019

Indústrias do RS avaliam cenário de lácteos

27/02/2019 09:12:09 - Por: Assessoria de Imprensa Sindilat. Foto: Carolina Jardine

Avallaram os impactos da implementação das Instruções Normativas 76 e 77, que regulam a qualidade da produção.



Reunidos na tarde desta terça-feira (26/02) em Porto Alegre, representantes das indústrias associadas ao Sindilat avaliaram os impactos da implementação das Instruções Normativas (INs) 76 e 77, que regulam a qualidade da produção. O diretor do Sindilat, Jeferson Smaniotto, explicou que há negociação em Brasília pedindo a prorrogação da data para entrada em vigor dos textos, assunto que está sendo acompanhado in loco pelo presidente do sindicato Alexandre Guerra. "Acreditamos na importância dessas medidas, mas é preciso prazo para que, principalmente os produtores, possam se adaptar", citou Smaniotto, que comandou os trabalhos na sede do sindicato.

O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, frisou os ganhos que o setor lácteo obteve no advento do programa Mais Leite Saudável e detalhou os dados apresentados na manhã desta terça-feira no Conseleite. Segundo os números, o leite começa o ano com tendência de alta e maior rentabilidade ao produtor.

Durante a reunião, os associados também acompanharam apresentação dos advogados Rafael Pandolfo e Rafael Borin sobre as ações judiciais encaminhadas e em avaliação pelo Sindilat. Eles relataram as movimentações de processos em tramitação e apresentaram dados sobre novas ações que podem ser ajuizadas de forma coletiva ou individual por parte das empresas. A fiscal agropecuária da Secretaria da Agricultura Karla Pivato também participou do encontro, relatando atualizações sobre a Lei do Leite e o treinamento dos transportadores.

Veículo: Agroemdia

Link: <https://agroemdia.com.br/2019/02/27/leite-medida-compensatoria-antidumping-deve-sair-em-ate-30-dias/>

Página: Notícias

Data: 27/02/2019

Leite: Medida compensatória antidumping deve sair em até 30 dias

27 de fevereiro de 2019 • Brasil, importações, leite, medida antidumping, ministra da agricultura, Nova Zelândia, produtores, setor, sindilats, Tereza Cristina, União Europeia



Produtores esperam apoio do governo para a cadeia do leite – Kátia Marcon/Secom/Gov.RS

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou que o governo está estudando uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação foi dada ao Broadcast Agro pelo presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), Alexandre Guerra.

O representante do Sindilat participou de reunião com a ministra, nessa terça-feira (26), em Brasília, de reunião juntamente com uma comitiva de produtores gaúchos. "Somos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que o texto está sendo desenhado pelo governo", disse.

Anúncio fechado por Google

[Não exibir mais este anúncio](#) [Anúncio? Por quê? ⓘ](#)

Ao Broadcast Agro, Guerra não detalhou, porém, que tipo de medida compensatória seria adotada. "A ministra não revelou, talvez por questões estratégicas", comentou, acrescentando que se mantém confiante de que "alguma solução será dada".

Além disso, em nota, o Sindilat informou que a ministra se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77, que entram em vigor em 30 de maio, à Câmara Setorial do Leite, e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros estados. De acordo com Guerra, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo. "Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa", relata.

Entre eles, Guerra mencionou ao Broadcast Agro o reforço à assistência técnica a produtores que, pelo fato de não atenderem aos padrões sanitários do leite entregue ao laticínio, estariam ameaçados de serem cortados como fornecedores. "Em vez de excluir o produtor porque o leite que ele entregou à indústria tem altos níveis de contagem bacteriana total (CBT), o ideal seria atendê-lo para melhorar seus processos e qualidade do leite", disse.



Sapatos com promoções de 2 pares por R\$ 99 e R\$ 199. Veganos, artesanais e...

Anúncio Urban Flowers

[Comprar agora](#)

Outra questão seria a adoção de prazos gradativos para algumas exigências das novas INs, como a entrega do leite na plataforma do laticínio sob a temperatura máxima de 7 graus. "Para conseguir atender a essa exigência o produtor deve ter equipamentos apropriados, como resfriadores. Por isso, pleiteamos crédito mais acessível", informou à reportagem.

O presidente da Cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, relata o Sindilat, manifestou a importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. "Só nós, teremos mais de 50% dos produtores afetados", assinalou.

Conforme o Sindilat-RS, os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, SEAPDR, Findesa, Famurs, Asamvat e Avat. A reunião no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) foi marcada pelo deputado federal Heitor Schuch e contou com a participação de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionilso Marcon e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Alceu Moreira.

Compartilhe isso:

Veículo: Jornal Minuano

Link: <http://www.jornalminuano.com.br/noticia/2019/02/27/leite-volta-a-subir-no-rio-grande-do-sul>

Página: Notícias

Data: 27/02/2019

Leite volta a subir no Rio Grande do Sul

f t G+ P < COMPARTILHE



Foto: Divulgação

Setor aponta próximos 30 dias como determinantes

Depois de cinco meses de queda, o valor de referência do leite voltou a subir no Rio Grande do Sul. O indexador projetado para fevereiro de 2019 pelo Conseleite é de R\$ 1,1142, 0,77% acima do consolidado de R\$ 1,1057 de janeiro e bem acima do projetado (R\$ 1,0574/janeiro). Entre os produtos que puxaram o movimento de recuperação, está o leite em pó (0,89%) e o leite UHT (2,47%), dois dos principais itens que compõem a cesta de produtos lácteos gaúcha.

Segundo o presidente do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Rio Grande do Sul (Conseleite), Pedrinho Signori, o otimismo traz alento ao setor uma vez que o segundo semestre de 2018 foi de apreensão no campo e baixa rentabilidade. "Vivemos um divisor de águas no setor leiteiro no Brasil. Há muita preocupação com a posição que será adotada pelo governo sobre as taxas antidumping e em relação à implementação das novas INs que regulam a qualidade da produção. São duas decisões que impactarão diretamente no futuro de milhares de produtores que se dedicam à atividade", salientou. O secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat), Darlan Palharini, pontuou que os próximos 30 dias serão decisivos para alinhar como o mercado se comportará em 2019. Apesar dos dados que indicam boa remuneração no campo, Palharini informa que, no varejo, os preços mantiveram-se, esmagando a rentabilidade do setor industrial.

Veículo: Edairynews

Link: <https://edairynews.com/br/leite-medida-compensatoria-antidumping-deve-sair-em-ate-30-dias-60393/>

Página: Notícias

Data: 28/02/2019

LEITE: MEDIDA COMPENSATÓRIA ANTIDUMPING DEVE SAIR EM ATÉ 30 DIAS

LEITE | LEITE: MEDIDA COMPENSATÓRIA ANTIDUMPING DEVE SAIR EM ATÉ 30 DIAS



A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou que o governo está estudando uma medida compensatória para que as importações de leite em pó

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou que o governo está estudando uma medida compensatória para que as importações de leite em pó da Europa e da Nova Zelândia não prejudiquem o setor lácteo brasileiro. A informação foi dada ao Broadcast Agro pelo presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS), Alexandre Guerra.

O representante do Sindilat participou de reunião com a ministra, nessa terça-feira (26), em Brasília, de reunião juntamente com uma comitiva de produtores gaúchos. "Saímos convictos de que esta medida compensatória deva ser anunciada em até 30 dias, pois ela garantiu que o texto está sendo desenhado pelo governo", disse.

Ao Broadcast Agro, Guerra não detalhou, porém, que tipo de medida compensatória seria adotada. "A ministra não revelou, talvez por questões estratégicas", comentou, acrescentando que se mantém confiante de que "alguma solução será dada".

Além disso, em nota, o Sindilat informou que a ministra se comprometeu a repassar os pleitos da cadeia produtiva do leite gaúcho quanto às instruções normativas 76 e 77, que entram em vigor em 30 de maio, à Câmara Setorial do Leite, e afirmou que recebeu pedidos semelhantes de outros estados. De acordo com Guerra, produtores e indústria solicitaram que a aplicação da nova legislação não exclua ninguém do processo produtivo. "Demonstramos que somos favoráveis às melhorias contínuas, mas que há pontos que precisam ser trabalhados e implementados de forma gradativa", relata.

Entre eles, Guerra mencionou ao Broadcast Agro o reforço à assistência técnica a produtores que, pelo fato de não atenderem aos padrões sanitários do leite entregue ao laticínio, estariam ameaçados de serem cortados como fornecedores. "Em vez de excluir o produtor porque o leite que ele entregou à indústria tem altos níveis de contagem bacteriana total (CBT), o ideal seria atendê-lo para melhorar seus processos e qualidade do leite", disse.

Outra questão seria a adoção de prazos gradativos para algumas exigências das novas INs, como a entrega do leite na plataforma do laticínio sob a temperatura máxima de 7 graus. "Para conseguir atender a essa exigência o produtor deve ter equipamentos apropriados, como resfriadores. Por isso, pleiteamos crédito mais acessível", informou à reportagem.

O presidente da Cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, relata o Sindilat, manifestou a importância das mudanças nas INs para que produtores não sejam excluídos da atividade leiteira. "Só nós, teremos mais de 50% dos produtores afetados", assinalou.

Conforme o Sindilat-RS, os pleitos foram entregues oficialmente em documento, idealizado por Sindilat, Fetag, Apil, Emater, IGL, Fecoagro, Farsul, SEAPDR, Findesa, Famurs, Asamvat e Avat. A reunião no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) foi marcada pelo deputado federal Heitor Schuch e contou com a participação de outros parlamentares, como Afonso Hamm, Dionilso Marcon e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Alceu Moreira.

Veículo: Agronovas

Link: <http://www.agronovas.com.br/preco-do-leite-volta-a-subir/>

Página: Notícias

Data: 28/02/2019



PREÇO DO LEITE VOLTA A SUBIR

Redação • 28 Feb 2019 • CULTURAS, LEITE, NOTÍCIAS • Nenhuma Opinião

Depois de cinco meses de queda, o valor de referência do leite voltou a subir no Rio Grande do Sul. O indexador projetado para fevereiro de 2019 pelo Conseleite é de R\$ 1,1142, 0,77% acima do consolidado em janeiro com de R\$ 1,1057.

O índice mostrou também que o valor ficou acima do projetado para o primeiro mês de 2019, R\$ 1,0574.

“Começamos o ano com patamares elevados em relação ao mesmo período de anos anteriores”, pontuou o professor da UPF Eduardo Finamore.

Entre os produtos que puxaram o movimento de recuperação, está o leite em pó com 0,89% e o leite UHT com 2,47%. Ainda segundo Finamore, a expectativa é que o setor trabalhe com preços mais elevados no início de 2019.

“O primeiro semestre será um período de melhor rentabilidade ao produtor, movimento puxado pela volta às aulas e pela redução de custos no campo”, frisou.

O que se observa ao analisar o valor de referência ao longo dos anos é que a taxa de remuneração ao produtor está acima da praticada nos produtos de forma isolada. Levantamento realizado pelo Conseleite, explica o professor, indica que o leite, em 2018, teve valorização acima da inflação do período, o que reflete custos menores de produção, sendo próximo de 50% para pagamentos de insumos e 50% para pagamentos de mão de obra, máquinas e infraestrutura.

“A inflação ao produtor ficou abaixo da média que se vê para a dona de casa”, completou.

Quanto aos custos, Finamore informou que o mercado do milho e soja com preços mais baixos deve ajudar o produtor, barateando o custo da ração.

Segundo o presidente do Conseleite, Pedrinho Signori, o otimismo traz alento ao setor uma vez que o segundo semestre de 2018 foi de apreensão no campo e baixa rentabilidade.

“Vivemos um divisor de águas no setor leiteiro no Brasil. Há muita preocupação com a posição que será adotada pelo governo sobre as taxas antidumping e em relação à implementação das novas INs que regulam a qualidade da produção. São duas decisões que impactarão diretamente no futuro de milhares de produtores que se dedicam à atividade”, salientou Signori.

O secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat), Darlan Palharini, pontuou que os próximos 30 dias serão decisivos para alinhar como o mercado se comportará em 2019. Apesar dos dados que indicam boa remuneração no campo, Palharini informa que, no varejo, os preços mantiveram-se, esmagando a rentabilidade do setor industrial.

Fonte: Canal Rural

Veículo: Canal Rural

Link: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/pecuaria/leite/leite-apos-cinco-meses-de-queda-preco-volta-a-subir-no-rs/>

Página: Notícias

Data: 28/02/2019

Leite: após cinco meses de queda preço volta a subir no RS

De acordo com a Conseleite-RS, entre os produtos que puxaram o movimento de recuperação está o leite em pó com 0,89% e o leite UHT com 2,47%

28 de fevereiro de 2019 às 11:46
Por Canal Rural



Depois de cinco meses de queda, o valor de referência do leite voltou a subir no Rio Grande do Sul. O indexador projetado para fevereiro de 2019 pelo Conseleite é de R\$ 1,1142, 0,77% acima do consolidado em janeiro com de R\$ 1,1057.

O índice mostrou também que o valor ficou acima do projetado para o primeiro mês de 2019, R\$ 1,0574. "Começamos o ano com patamares elevados em relação ao mesmo período de anos anteriores", pontuou o professor da UPF Eduardo Finamore.



Entre os produtos que puxaram o movimento de recuperação, está o leite em pó com 0,89% e o leite UHT com 2,47%. Ainda segundo Finamore, a expectativa é que o setor trabalhe com preços mais elevados no início de 2019.

"O primeiro semestre será um período de melhor rentabilidade ao produtor, movimento puxado pela volta às aulas e pela redução de custos no campo", frisou.

O que se observa ao analisar o valor de referência ao longo dos anos é que a taxa de remuneração ao produtor está acima da praticada nos produtos de forma isolada. Levantamento realizado pelo Conseleite, explica o professor, indica que o leite, em 2018, teve valorização acima da inflação do período, o que reflete custos menores de produção, sendo próximo de 50% para pagamentos de insumos e 50% para pagamentos de mão de obra, máquinas e infraestrutura.

"A inflação ao produtor ficou abaixo da média que se vê para a dona de casa", completou. Quanto aos custos, Finamore informou que o mercado do milho e soja com preços mais baixos deve ajudar o produtor, barateando o custo da ração.

Segundo o presidente do Conseleite, Pedrinho Signori, o otimismo traz alento ao setor uma vez que o segundo semestre de 2018 foi de apreensão no campo e baixa rentabilidade. “Vivemos um divisor de águas no setor leiteiro no Brasil. Há muita preocupação com a posição que será adotada pelo governo sobre as taxas antidumping e em relação à implementação das novas INs que regulam a qualidade da produção. São duas decisões que impactarão diretamente no futuro de milhares de produtores que se dedicam à atividade”, salientou Signori.

O secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat), Darlan Palharini, pontuou que os próximos 30 dias serão decisivos para alinhar como o mercado se comportará em 2019. Apesar dos dados que indicam boa remuneração no campo, Palharini informa que, no varejo, os preços mantiveram-se, esmagando a rentabilidade do setor industrial.

Veículo: Portal Pecuária

Link: <http://www.pecuaria.com.br/info.php?ver=23927>

Página: Notícias

Data: 28/02/2019

Leite: preço volta a subir no RS



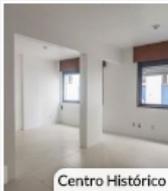
Publicado em 28/02/2019

Depois de cinco meses de queda, o valor de referência do leite voltou a subir no Rio Grande do Sul. O indexador projetado para fevereiro de 2019 pelo Conseleite é de R\$ 1,1142, 0,77% acima do consolidado em janeiro com de R\$ 1,1057.

O índice mostrou também que o valor ficou acima do projetado para o primeiro mês de 2019, R\$ 1,0574. "Começamos o ano com patamares elevados em relação ao mesmo período de anos anteriores", pontuou o professor da UPF Eduardo Finamore.

Entre os produtos que puxaram o movimento de recuperação, está o leite em pó com 0,89% e o leite UHT com 2,47%. Ainda segundo Finamore, a expectativa é que o setor trabalhe com preços mais elevados no início de 2019.

"O primeiro semestre será um período de melhor rentabilidade ao produtor, movimento puxado pela volta às aulas e pela redução de custos no campo", frisou. Com informações do Canal Rural.

 Centro Histórico R\$ 800 ALUGUE	 Mont'Serrat R\$ 1.200 ALUGUE
---	--

 **QUINTOANDAR**

Veículo: Região dos Vales

Link: <http://www.regiaodosvales.com.br/ministra-da-agricultura-se-mostra-sensivel-as-reivindicacoes-da-cadeia-produtiva-do-leite/>

Página: Notícias

Data: 28/02/2019

Ministra da Agricultura se mostra sensível às reivindicações da cadeia produtiva do leite

28 de fevereiro de 2019

Comitiva gaúcha esteve em Brasília e apresentou documento com principais apreensões de produtores rurais

Comissões técnica e política do Rio Grande do Sul estiveram no dia 26 de fevereiro em Brasília para manifestar preocupação com a sustentabilidade da cadeia produtiva do leite em se considerando novas regras para produção e padrão de qualidade da matéria-prima a partir das Instruções Normativas 76 e 77. As novas orientações estão previstas para entrar em vigor no final do mês de maio e início de junho.



O grupo esteve reunido com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina. Conforme o presidente da Cooperativa Languiru, Dirceu Bayer, que integrou a comitiva gaúcha na Capital Federal, a ministra se mostrou solícita às reivindicações. “Uma de nossas sugestões é que as novas orientações sejam implantadas gradualmente. Hoje, se as Normativas entrarem em vigor como estão, cerca de 50% dos produtores de leite do Estado estarão desenquadrados e, inevitavelmente, deixarão a atividade,

ocasionando um grave problema social e econômico”, alertou.

A partir das sugestões apresentadas, o tema deve ser levado para discussão na Câmara Setorial do Leite, em Brasília. “A própria ministra reconheceu as dificuldades para o produtor rural e, até em virtude dessa realidade, deverá ouvir os técnicos do governo e demais entidades ligadas à cadeia produtiva para encontrar a melhor solução. No entanto, ficou claro que as novas medidas relacionadas à produção e qualidade do leite serão implementadas”, acrescentou Bayer.

A pauta da audiência ainda tratou de cotas de importação de leite em pó e da inconstância da política relativa ao antidumping e tarifas sobre essa importação. Relatório encaminhado pelo Instituto Gaúcho do Leite (IGL) a respeito da reunião destaca que questões relacionadas ao antidumping estão sendo resolvidas e que, por questões estratégicas, aguardam oficialização do Ministério; tratativas no que se refere à criação de cotas e equilíbrio na importação do Mercosul estão em andamento, avançadas com relação à Argentina e relativamente mais difíceis com o Uruguai; seguem os trabalhos para a compra governamental de leite, assim como as tratativas para retomada do subsídio para energia elétrica rural.

O encontro em Brasília contou com a participação de representantes de entidades ligadas ao setor, como IGL, Sindilat, Famurs, Fetag e Apil, entre outros, além dos deputados federais Afonso Hamm, Alceu Moreira, Dionilso Marcon e Heitor Schuch.



SINDILAT/RS

Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING RÁDIO E TV

Fevereiro de 2019

Veículo: TV Terra Viva

Link: <https://tvterraviva.band.uol.com.br/noticia/100000948880/entidades-criticam-fim-da-taxa-antidumping-do-leite.html>

Programa: Jornal Terra Viva

Tempo de duração: 00:45

Data: 10/02/2019

Entidades criticam fim da taxa antidumping do leite

 terraviva - 10/02/2019 - 17:45 | Atualizado em 10/02/2019 - 17:49

Descontente com o fim da taxa antidumping sobre o leite que vem da União Europeia e da Nova Zelândia, o setor produtivo cobra do governo medidas de apoio à produção leiteira no país.



Veículo: Agert

Link: <https://www.agert.org.br/index.php/mais-audios/19319-preco-do-leite-reage-depois-de-cinco-meses-de-queda>

Programa: Rádio Agert

Tempo de duração: 03:35

Data: 27/02/2019



Rádio AGERT

27/02/19

Preço do leite reage depois de cinco meses de queda

O secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, destacou que foi registrado um aumento de 0,77% no preço do leite. No período foram reajustados os valores do leite em pó e leite UHT.

